

1
2 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

3
4 **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**
5 **DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**
6
7
8
9

1 **Ata Da 47ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral**
2 **Paranaense Às dez horas do dia cinco de outubro de 2006**, na Sala dos Governadores
3 – Palácio Iguazu reuniram-se, sob a Presidência do Sr. **Allan Jones dos Santos**,
4 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do COLIT em
5 exercício, os seguintes membros do Conselho: Conselheiros Sr. **Heitor A Scremin**
6 **França**, representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;
7 Sr. **Darcy Caron Alves**, representante da Secretaria de Estado do Turismo; Sr. **Terufumi**
8 **Takayama**, representante da Secretaria de Estado dos Transportes; Sr. **Francisco Carlin**
9 **dos Santos** e Sr. **Maurício Piazzetta**, representantes do Município de Matinhos; Sr.
10 **Miguel Schimure Filho**, representante do Município de Morretes; Sr. **José Baka Filho** e
11 Sr. **Antonio Ricardo dos Santos**, representantes do Município de Paranaguá; Sr.
12 **Luciano Pizzatto**, representante das Federações Patronais; Sr. **Sérgio Luiz Cordoni**,
13 representante da Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente; Sr. **Edmir Manoel Pereira**,
14 representante da Federação das Colônias de Pescadores; Sr. **Valentino Edwin Pock**,
15 representante da Construção Civil, Incorporadoras e Mercado Imobiliário; Sr. **Mário Luiz**
16 **de Oliveira** e Sr. **Luiz Paulo Coelho de Almeida Reis**, representantes das Associações
17 Comunitárias. O Sr. Presidente ALLAN JONES DOS SANTOS abre a reunião colocando
18 os pontos de pauta, quais sejam: Aprovação da Ata da 46ª Reunião Ordinária; Aprovação
19 da 1ª Reunião Extraordinária e apresentação do Plano Diretor de Desenvolvimento
20 Integrado de Matinhos; e assuntos gerais e passa a palavra ao Sr. **Luiz Fernando**
21 **Gomes Braga**, Secretário Executivo do COLIT que informa que tendo em vista a
22 apresentação dos Planos de Guaraqueçaba e de Antonina, solicita ao Sr. Presidente que
23 consulte a Plenária no sentido de abrir-se espaço para uma exposição sucinta desses
24 dois documentos, desses dois planos e a idéia é que sejam designados os Conselheiros
25 relatores que vão se encarregar de conduzir a análise desses planos para retornar a este
26 Conselho. O Sr. Presidente consulta o Plenário solicitando que os Conselheiros que estão
27 de acordo com a proposta permaneçam como estão, os contrários levantem a mão. A
28 proposição foi APROVADA POR UNANIMIDADE. Na seqüência o Sr. Presidente consulta
29 a Plenária sobre a necessidade ou não de se fazer a leitura da Ata da 47ª. Reunião, haja
30 vista que todos a receberam com antecedência. Aos favoráveis à dispensa solicita que
31 permaneçam como estão e que os contrários que se manifestem. Não havendo
32 manifestação a Ata da 46ª. Reunião foi APROVADA POR UNANIMIDADE. O Secretário
33 Executivo, Sr. Luiz Fernando Gomes Braga solicita permissão ao Sr. Presidente a fim de
34 consultar os municípios de Matinhos, Guaraqueçaba e Antonina, pelo fato da antecipação
35 da 47ª Reunião Ordinária, se estão preparados e em condição de fazer a apresentação
36 neste momento e passa a palavra ao Conselheiro André Camargo para conduzir a
37 apresentação do Plano Diretor de Antonina. Informa a todos que a idéia é que seja uma
38 apresentação sucinta, de quinze a vinte minutos. Não é necessariamente a discussão do
39 plano, como observamos vamos consultar os Conselheiros que possam fazer o relato
40 desses documentos, na seqüência serão estabelecidos os prazos e o momento da
41 apresentação dos relatórios para esta Plenária e daí, sim, uma discussão mais ampla e o
42 processo de aprovação. O Conselheiro SR. RIAD SIAD ZALHOVI, representante do
43 Município de Guaraqueçaba informa que o Plano Diretor de Guaraqueçaba está em
44 andamento e já se encontra no Poder Legislativo e que no momento não há condições de
45 apresentação já que o convite era para a apresentação do Plano Diretor de Guaratuba e

14
15
16
17
18
19
20
21
22
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90

23
24
25
26

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

Matinhos. O Conselheiro Sr. André Camargo, representante do município de Antonina passa a palavra ao Arquiteto Walter Gustavo Linsmayer, Coordenador do Plano Diretor de Antonina que informa que esta apresentação de Antonina é a mesma apresentação que foi elaborada na terceira audiência pública, porém, vou ser mais sucinto. Salienta a importância da localização de Antonina perante o Brasil, ao Paraná e ao Litoral como um todo usando o programa do Google Earth: Curitiba; região litorânea, a baía de Paranaguá. Apresenta a equipe técnica formada por vários especialistas em meio ambiente, em administração, biólogos, oceanógrafos, engenheiros, etc. Explica o que é o Plano Diretor, sua importância, os preceitos legais a respeito dele e da onde que surgiu – porque é necessário e a obrigação do Estatuto da Cidade; que o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; áreas de especial interesse turístico interessadas no uso de instrumentos do Estatuto da Cidade com empreendimentos de impacto ambiental. Então todos os cinco casos que são premissas obrigatórias pela Lei do Estatuto da Cidade cabem e competem ao município de Antonina. Os princípios norteadores para que o Plano Diretor opere de maneira correta são: a gestão democrática – visando a sustentabilidade ambiental, econômica e social; igualdade e justiça social; regularização fundiária e função social da propriedade. Visando isso o Plano Diretor teve o cuidado ao analisar as questões discutidas no município não só se abster às questões do município como um todo, principalmente no que compete a Antonina que é uma cidade com várias esferas e várias atividades que são do município. Então foi analisada a cidade como um todo, a atividade portuária como importante não apenas hoje, mas, historicamente para o município; Antonina por ser considerado ambientalmente e ter duas APAS instaladas no município e ser considerado pela Unesco como um hot spot. Só existem vinte áreas desse tipo no Mundo – A Bahia, a Mata Atlântica e a Serra do Mar são consideradas redutos de espécies extremamente raras e difícil de encontrar concentradas ao mesmo tempo. Além da questão do patrimônio histórico que, junto com Paranaguá, representa o começo da ocupação do Estado do Paraná; além de questões do uso e ocupação do solo. Porque ao longo desses 300 anos que Antonina existe e se formou, a maneira em que se ocupa o solo as atividades foram modificando. Isso tudo teve que ser analisado. Além disso foi estudado, também, a questão da inter-relação na região, porque Antonina como tem um porto, uma das principais características do porto é a sua acessibilidade, facilidade, inter-relação com os municípios, importância na questão da baía e na marinha do Brasil como um todo e do Paraná na região litorânea e também para seus municípios vizinhos. Foram estudadas as relações do município no meio dele próprio – urbano e rural; as atividades portuárias que são desenvolvidas nele; o sistema viário que é uma importante ferramenta como instrumento na infra-estrutura que é importante ao município que tem reflexo, por exemplo, em municípios da região do Litoral como Morretes aonde o acesso hoje que se faz pesado de carga passa pelo Centro Histórico tanto de Antonina quanto de Morretes. E essas cargas pesadas geram problemas nas edificações históricas luso-brasileiras que estão lá e acarretando problemas em sua estrutura. Então as questões de alternativas de acesso viário ao município não influenciam só Antonina, influenciam Morretes, influenciam Paranaguá até chegar a um nível estadual onde você poderia ter até uma rota de ligação com São Paulo, dependendo como fosse feito isso. Isso também está analisado. E principalmente os projetos de integração e preservação da baía de Antonina e Paranaguá,

27

28

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

29

30

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

32

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

33

34

35

91 porque tudo que é feito no Litoral – seja desde a agricultura às atividades urbanas,
92 agrotóxicos ou não utilizados, a maneira como se utiliza o solo rural e os dejetos ou o
93 esgoto dos municípios vão cair, conseqüentemente, na baía. E Antonina assim como
94 Paranaguá e Guaraqueçaba estão já ali na baía a vão sofrer os impactos direto dessas
95 ações. Os trabalhos começaram em julho do ano passado. Até setembro foram realizadas
96 a avaliação temática integrada que é um diagnóstico técnico e também através de
97 questionários diagnóstico comunitário e através das audiências pegar os anseios da
98 comunidade como um todo. No período de setembro a janeiro foi elaborado as
99 potencialidades e deficiências e desses dois documentos foram analisadas as propostas e
100 diretrizes. Sempre estudando e embasando o Plano Diretor na viabilidade técnica, legal e
101 ambiental. As propostas foram encaminhadas. Às vezes as pessoas tinham algumas
102 propostas, mas, elas eram conflitantes com algum aspecto ambiental ou legal, enfim.
103 Além de pegar os anseios da comunidade como um todo. Só para colocar: o Plano já foi
104 encaminhado aqui e à Câmara agora em outubro. O trabalho foi realizado em dois setores
105 – um interno com a equipe técnica e o novo gestor e a equipe técnica do Plano como um
106 todo; e trabalhos externos, principalmente visitas a campo. Foram realizadas diversas
107 visitas, levantamentos no município, uma equipe nossa do Plano chegou a ficar uma
108 semana inteira “internada” integrada dentro do município. Se não tiver rodado toda a parte
109 urbana do município, a gente conheceu, pelo menos, uns 98% das ruas e da parte urbana
110 do município para poder estar comentando, além das partes rurais que também são
111 importantes. Quanto ao processo de participação aqui a gente colocou e listou alguns dos
112 encontros que tivemos. Tivemos vários encontros, totalizando aproximadamente 56
113 encontros no município, além de audiências públicas, reuniões técnicas com o Colit, IAP,
114 Ibama, apresentações para escolas, tivemos apresentações em Câmara de Vereadores,
115 em Associação Comercial, na Copervam que é uma associação formada pela parte
116 religiosa no município, a rede de educação do município e estadual. Foram feitas
117 apresentações para professores e alunos, associações de bairro, tivemos dez reuniões
118 setoriais, colônia de pescadores, Secretaria Municipal. Enfim, priorizamos bastante a
119 participação e a opinião de todos. A estrutura do trabalho acabou sendo dividida em
120 vários volumes. O primeiro volume é a avaliação temática, é o diagnóstico sobre o
121 município; o volume dois retrata as principais condicionantes, potencialidades do
122 município e as propostas e as diretrizes do plano; o volume três entra a parte legal, o
123 plano de ação e a legislação vigente; o volume quatro, e aí é um capítulo à parte do Plano
124 Diretor que acaba tendo, acredito que o de Paranaguá também tenha, mas foi feito um
125 volume a parte a respeito da atividade portuária no município, que é importante para o
126 município como um todo. E como ela exige um plano de desenvolvimento do porto,
127 específico em legislação, houve a possibilidade de negociação de desenvolver a
128 adequação desse plano, o PDZPO, com o Plano Diretor casado em conjunto. São quatro
129 grandes eixos de desenvolvimento para o município. O Plano Diretor vislumbra um
130 horizonte máximo de dez anos, após isso tem que ser revisto. E os principais aspectos
131 são: a organização espacial, a infra-estrutura no município, o desenvolvimento
132 econômico, levando em consideração a atividade portuária, setor de turismo, a questão
133 do turismo náutico, rural e urbano, entre outras atividades. Aqui, por exemplo, tem a
134 atividade pesqueira do município, a organização institucional, principalmente quanto a
135 organização da administração do município, capacitação dos funcionários e a criação

36

37

38

39

40
41
42
43
44
45
46
47
48

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

136 políticas públicas. Antonina tem um problema grave, por exemplo, falta de algumas
137 políticas que acabaram causando diversas questões. Por exemplo, o município tem
138 praticamente mais de 300 anos e ainda não tem rede de esgoto adequada. Então faltou
139 uma política de saneamento, lá não é a Sanepar é a Samae. O atendimento de água é
140 excepcional, o que aconteceu foi que acabou se deixando um pouco de lado a questão de
141 saneamento, e foi uma questão importante adotada. A outra questão é a falta de política
142 habitacional para a população um pouco mais fragilizada. Então essas políticas também
143 foram sugestionadas e colocadas como diretrizes no plano. Além disso, além do
144 desenvolvimento, não basta ter só desenvolvimento econômico e urbano no município
145 como um todo, tem que ser um desenvolvimento sustentável. Então a questão da esfera
146 de preservação ambiental, foi levantada, foi analisada e houve diversas propostas a
147 respeito disso, principalmente na questão da preservação dos manguezais existentes que
148 estavam sendo ocupados por ocupações em palafita, (?) em algumas regiões no
149 município, a questão de áreas a serem protegidas, aí já como unidades de conservação
150 para o município não tem como esfera municipal poder receber ICMS ecológico. E os
151 reordenamentos dos usos e atividades urbana municipal como um todo; a informação e
152 a conscientização da população do que é o Plano Diretor, como se aplica, como as
153 pessoas podem estar exigindo a cobrança do Plano Diretor para que seja realizado; além
154 de uma política regional onde se visa o fortalecimento não só de Antonina mas de toda a
155 região do litoral, onde os municípios às vezes tem problemas parecidos ou iguais e
156 consegue resolver melhor os seus problemas. Aqui a gente começa a colocar onde
157 poderíamos ter as principais verbas. Algumas ações propostas que foram colocadas
158 sempre tiveram os embasamentos legais pertinentes, alguns deles citados que o Plano
159 Diretor acabou tomando, as resoluções do Conama como um todo, principalmente na
160 questão do meio ambiente, principalmente a Resolução do Conama 369 que saiu agora
161 este ano que regulamenta diversas questões, principalmente as ocupações irregulares de
162 manguezais, áreas de preservação permanentes que seria praticamente impossível,
163 devido ao Brasil como um todo, o Paraná e o município de Antonina, não terem verbas
164 suficientes para relocar toda a população, como deveria e coloca nossa legislação
165 ambiental vigente. Essa Resolução do Conama traz diversos artifícios para se amenizar,
166 controlar e legalizar essas situações. O próprio plano de gerenciamento costeiro estadual
167 e federal, o plano de manejo da APA de Guaraqueçaba e o plano de manejo de Pico do
168 Paraná agora atualmente conhecido como a APA da Serra do Mar. Os Estatutos da
169 Cidade em si, resoluções da ANTAQ - Agência Nacional do Transporte Aquaviário, senão
170 me engano, e as resoluções do Colit, legislações de zoneamentos existentes. Algumas
171 questões quanto a administração municipal, capacitação do quadro funcional,
172 organização da gestão, a reorganização da administração municipal, a criação de postos
173 de atendimentos municipal nas regiões, como se fosse uma espécie de subprefeituras na
174 parte do porto, porque os municípios da área litorânea são mais lineares, são mais
175 cumpridas e mais estreitos. Isso acaba criando dificuldades, as distâncias ficam muito
176 grande, às vezes a pessoa precisa tirar uma dúvida da prefeitura e tem que andar seis,
177 dez, doze quilômetros para poder chegar na prefeitura e às vezes não ser atendido ou
178 não é ali que tinha que resolver. Então a criação dessa subprefeitura, tanto na parte
179 próxima da parte do porto do município como uma subprefeitura na parte rural do
180 município, onde existem quatro localidades rurais que acabaram não sendo

49
50
51
52

53
54
55
56
57
58
59
60
61

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

181 transformados em distritos urbanos por vontade da população como um todo, porque ia
182 trazer mudanças na aposentadoria. A criação da Secretaria em Assuntos da Baía que se
183 integraria à Secretaria de Meio Ambiente, Saneamento e a respeito do gerenciamento da
184 baía, visando já o início dos andamentos do plano de gestão costeiro do município. E a
185 criação de uma Secretaria ou departamento específico a respeito da proteção do
186 patrimônio histórico, que é uma cidade com uma importância a nível nacional referente ao
187 seu patrimônio histórico. Além disso foi visado a criação de programas econômicos,
188 principalmente que fomentassem o desenvolvimento e o fortalecimento da atividade
189 agrícola no município. E uma solução que foi colocada seria a criação de um programa
190 onde se adotasse a merenda escolar produtos gerados dentro do próprio município. Por
191 exemplo, ao invés de estar comprando macarrão que vem, sei lá, do Estado, pode vir de
192 uma estação da baía, pode vir de minas, se procurasse comprar produtos gerados dentro
193 do próprio município, fomentando a cadeia e a geração de renda dentro do próprio
194 município e alimentando a população com siri, frutos do mar, desde que atendessem as
195 qualidades e as normativas da Vigilância Sanitária como um todo. A criação de um
196 programa de regularização fundiária no município para poder fomentar o desenvolvimento
197 e o facilitamento do fomento, principalmente na área rural, porque sem o título de posse
198 cria diversas dificuldades. Na integração regional foram analisados fortalecimento
199 cooperativo entre os municípios litorâneos. Por exemplo, algumas questões que refletem
200 em Antonina poderiam ser resolvidas com três municípios: Morretes, Antonina e
201 Paranaguá, por exemplo, na adoção de uma nova alternativa viária ou, por exemplo,
202 Morretes, Antonina e Guaraqueçaba a respeito da abertura ou não de outra rodovia de
203 acesso para o município. Então essas ações casadas facilitam o encaminhamento. O
204 planejamento territorial como um todo, investimentos integrados, principalmente, por
205 exemplo, o programa de saneamento não é só um problema de Antonina. Morretes,
206 praticamente quase todos os municípios do Litoral o saneamento é um problema
207 agravante e já extrapola uma escala municipal e vai para uma escala regional. Então a
208 ajuda da Sanepar é importante e é importante para o Estado por ter suas atividades
209 econômicas e de turismo também. E a representatividade política: o Litoral como um todo
210 sendo acrescentado perante o Estado. Na área urbana foram levantados diversos
211 aspectos. Só para citar aquele caso que coloquei que ficamos andando praticamente uma
212 semana em todos os municípios, foi feito um trabalho senão inédito, mas, bastante
213 extensivo durante essa semana aonde foi andado rua por rua na parte urbano do
214 município, levantada onde era residência, onde tinha comércio, onde tinha serviço, hotel,
215 escolas, postos de saúde – como um todo e foi mapeada a cidade para se reconhecer e
216 saber o espaço onde se estava atuando. Por que isso? O município ainda não tinha um
217 Plano Diretor ou nada a respeito ou parecido disso antes. Então foi feito esse
218 levantamento e se chegou a uma realidade muito próxima da realidade mesmo do que é o
219 município para poder entender as principais vocações. E foi elaborado um macro-
220 zoneamento levantando, principalmente, as suas vocações. Então essa grande área em
221 alaranjado onde engloba o Morro do Mirante, a parte do Centro Histórico e ali na Av.
222 Visconde Mattarazzo até a baía, por ela ter essa visão e a proximidade da baía, ela foi
223 classificada como uma macro-zona de interesse turístico, assim como a região ali da
224 Ponta da Pita. Essas áreas em alaranjado seriam áreas principalmente focadas no
225 desenvolvimento do turismo e da economia voltada ao turismo do município como um

62
63
64
65

66
67
68
69
71
72
73
74

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

226 todo. Além das atividades urbanas que o município tem que ter. As manchas em azul
227 foram classificadas como zonas de adensamento residencial aonde, preferencialmente,
228 se a cidade fosse se adensar, concentrar a atividade de residências e acontecesse
229 nessas faixas. A delimitação dessas zonas tanto no macro-zoneamento como do
230 zoneamento como um todo e a própria legislação dos bairros do município sempre foram
231 estabelecidas visando limites físicos: nomes de ruas, rios, elementos que a população
232 quando passasse soubesse que está passando de um bairro para o outro, de uma zona
233 para outra. Foram levantadas na região próxima ao perímetro urbano áreas como a cota
234 20, colocada na Lei de Zoneamento Estadual como limite de ocupação porque a
235 declividade ali começa a ser maior e as atividades voltadas à habitação elas são
236 sempre... sempre se buscou o uso misto. Mas o principal foco seria problemas
237 habitacionais colocados ou diversificados. As áreas em vermelho acabaram conformando
238 como macro-zonas de reestruturação urbana. Onde tinham problemas de infra-estrutura,
239 ocupações irregulares, processo de favelização que acabaram acontecendo no município.
240 Algumas próximas a morros, outras próximas aos mangues, ocupando mangues dentro
241 do município como um todo e começando a invadir alguns morros também. E alguns
242 outros locais que foram invasão e praticamente extinguiram o mangue como um todo.
243 Também foram localizados e implantados áreas de expansão urbana, macro-zonas de
244 expansão urbana que são essas áreas em verde aonde seria propício o desenvolvimento
245 posterior, depois da ocupação correta e adequada com infra-estrutura dessas áreas em
246 azul, seriam áreas de reserva para a expansão habitacional, enfim, do município como
247 um todo. A princípio ela poderia estar sendo utilizada desde que tivesse um caráter
248 próximo a chácaras ou de baixíssima densidade. Essa área verde na ponta do município
249 indica um setor que já existia no município que é a implantação de algumas indústrias e
250 serviços; e as áreas em amarelo no município como um todo foram adequadas e
251 vocacionadas com uso forte para a questão do porto. Principalmente o Barão de Teffé
252 que acabou ficando ilhado entre a parte do patrimônio ali do Mattarazzo como patrimônio
253 histórico importante, além de ter uma vocação para o turismo naquela região, uma
254 favelização de um mangue que foi ocupado e por ser mangue não poderia ser ocupado e
255 acabou sendo ocupado de maneira irregular. Uma área que já tem habitação e é uma
256 área turística e a outra parte do porto que é a Ponta do Félix. Só que por sorte, o
257 município, por sorte vamos colocar que Antonina sofreu um esvaziamento e ficou
258 estagnada economicamente em suas atividade como um todo, e isso facilitou para que
259 não houvesse ocupações e uma grande área – essa área amarela, que seria uma área
260 lindeira à baía e muito próxima a se fazer a expansão do porto como um todo. Como
261 áreas de estoque portuária e isso foi detalhado no PDZPO do município. Mas houve,
262 então, a possibilidade desses grandes vazios e áreas subutilizadas principalmente nessa
263 região a trazerem o desenvolvimento do porto como um todo no município.
264 Diferentemente, por exemplo, em alguns outros municípios, que tiveram problemas, como
265 Paranaguá, o próprio Santos que tiveram problemas com a expansão do porto, Antonina
266 teve a oportunidade ímpar de fazer esse desenvolvimento de uma maneira correta. Já nas
267 propostas urbanas, um dos principais mecanismos para se estancar a ocupação das
268 áreas, principalmente de manguezais, foi a utilização da normativa da resolução do
269 Conama 369, que não adianta você só retirar as pessoas, você tem que requalificar e
270 policiar, aumentar o policiamento para que as ocupações não acontecessem. Então foi

75
76
77
78

79

80 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

81

82

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

84

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

85

86

87

271 desenvolvido um conceito de Passarelas Ambientais aonde elas acabariam sendo
272 formadas em duas partes do município – uma no portinho que é uma região que formou
273 uma ocupação em cima do mangue do morro do município e daria uma passarela de
274 1.6km aproximadamente e outra na região do areião que é um manguezal que foi
275 ocupado, já, bem próximo, dentro da parte ao lado do setor histórico do município e quais
276 seriam os objetivos para o uso dessas Passarelas Ambientais? O principal objetivo é fazer
277 uma barreira de contenção e invasão dessa população crescente atrás dessas áreas de
278 mangue, transformando essas áreas de mangue em unidades de conservação ambiental
279 visando, aí, o ICMS Ecológico ou royalties ambientais ou coisa assim. Tem a questão do
280 saneamento ambiental. Essas Passarelas teriam estruturas pré-moldadas de concreto,
281 elevadas do chão onde debaixo dessas estruturas estaria passando a rede de esgoto que
282 através de bombeamentos seriam levadas para lagoa de tratamento dentro do município.
283 Serviriam, também, de passarela de circulação principalmente de ciclovias e de pedestres
284 que ligaria, por exemplo, a parte do setor histórico do município a uma região conhecida
285 como Praia do Cabral. É uma prainha que tem ali encontrada entre os mangues. Então
286 ela sairia próximo à parte ali da rodoviária no município e se desenvolveria nessa linha
287 verde fazendo uma delimitação da ocupação e consolidando a ocupação, protegendo
288 essa área e ligando dois pontos: o Centro Histórico e a Praia como um todo. Foram
289 estudados alguns vazios urbanos dentro do município – a relocação da rodoviária, hoje o
290 que existe é um ponto de terminal urbano de ônibus e a rodoviária seria relocada para um
291 triângulo próximo a uma região ali próximo à ferroviária antiga que hoje é a biblioteca.
292 Seria utilizado esse triângulo para a rodoviária local, ela seria principalmente voltada aos
293 ônibus intermunicipais, aqueles ônibus grandes de turismo. Além de desviar o trânsito. E
294 a proposta de desativar a rodoviária é para minimizar os impactos com a questão de
295 ônibus e caminhões trafegando no Centro Histórico que abalaram as estruturas no
296 município. Então foi proposto que a parte urbana do município não há uma demanda
297 muito grande se fosse feita de microônibus, com a possibilidade de ar-condicionado,
298 melhoria e diminuiria o intervalo da população ser atendida pelo serviço, e teria um ponto,
299 um terminal intermodal para quem chegasse e quisesse sair de Antonina, pudesse,
300 através do transporte coletivo urbano, pegar na própria rodoviária e seguir em frente.
301 Objetivando algumas questões nos aspectos, principalmente problemas que se tem de
302 acesso no município, foi colocado e aproveitado uma sugestão que havia sido colocada
303 como uma diretriz de viária, abertura ao longo dos trilhos de trem, uma possibilidade de
304 desvio hoje do tráfego pesado, sem maiores aberturas de uma nova rodovia, que a gente
305 vai depois apresentar a vocês, para o acesso direto ao porto. Então visando este
306 problema, hoje, atualmente, o tráfego pesado de caminhões, cargas pesadas, enfim,
307 passavam pela Thiago Peixoto, passavam de frente ao hospital municipal, a uma escola,
308 a uma biblioteca, fazia a curva aqui, uma curva fechada e passava pelo setor histórico já
309 defendido e tombado pela lei de legislação municipal. Já estava causando diversos
310 problemas nas estruturas dos casarões. Então foi proposto nesta linha vermelha, não sei
311 se vocês conseguem enxergar, uma abertura que seria aproveitar a faixa de domínio da
312 própria ferrovia, fazendo uma ligação direta da Conde Matarazzo com a Thiago Peixoto
313 desviando do hospital, da escola e do setor do patrimônio histórico como um todo.
314 Aproveitadas áreas que seriam destinadas a manguezais para utilização de equipamentos
315 públicos, como ginásio de esportes, biblioteca municipal, que hoje já está saindo do

88

89

90

91

92

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

93

94

95

97

98

99

100

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

316 projeto para ser colocada aqui, nesta região. Além disso, houve a integração casada de
317 ações, principalmente entre as ações que o porto precisa fazer, principalmente questões
318 de dragagem e o que fazer com a lama da dragagem. Uma das soluções encontradas
319 durante o processo foi a reutilização dessa lama e desse material de maneira a utilizar
320 aumento de aterros fechados e controlados, um termo técnico chamado IPI, onde se
321 poderia fazer reordenações urbanas. Ao invés de relocar toda a população daquela região
322 que estava já na baía, a casa do cidadão já estava encostada na baía, murou uma praia
323 para colocar sua lancha, isso sairia muito caro. Então se propôs pegar essa lama, fazer
324 esses muros de arrimos, fazer uma espécie de calçadão ou abrir, aumentar a área,
325 levando área de lazer, recreação para o município como um todo. E isso acabou
326 acontecendo na parte do setor histórico, perto do mercado municipal, e numa região
327 próxima às minas que tinham no município, sempre visando o fomento da atividade
328 produtiva como um todo. Na região da Praia dos Polacos tem um problema grande e aqui
329 foi proposta uma ampliação, na continuação da praia da Ponta da Pita, fazendo uma
330 ligação com essa região de favela - a gente não chamou de favela, é praticamente uma
331 região ocupada em cima de mangue, é uma favela mesmo - mas trazendo a possibilidade
332 de que as atividades de turismo que existem na Ponta da Pita pudessem ser
333 desenvolvidas ao longo desse aterro proposto. E já visando algumas questões e
334 atividades do porto, principalmente a Ponta do Félix fez em questão de aterro e
335 destinação dessas lamas da drenagem, foi utilizada essa mesma experiência para essas
336 áreas. Ali, como parte dos trabalhos, as legislações que foram colocadas no município, a
337 própria lei do Plano Diretor, o sistema viário como um todo foi analisado dentro do
338 município, criando diretrizes viárias importantes, abrindo novas vias dentro do município,
339 o código de obras, o zoneamento, levando em consideração o zoneamento municipal,
340 este já é o zoneamento da parte humana com maior detalhamento daquele
341 macrozoneamento colocado. Uma coisa interessante que não tinha no município, muitos
342 municípios não têm, é a criação dos bairros. Ninguém sabia onde ele morava, tinha
343 problema de recebimento correspondência, então foi criada a legislação definindo os
344 bairros, como se fossem zoneamentos. E os macrozoneamentos sempre tiveram poucas
345 mudanças nos limites definindo esses ambientes. Aqui mostrando as tabelas do uso e
346 ocupação do solo, os parâmetros, as observações, explicando graficamente sempre os
347 conceitos do que é a rede (POOL), os termos técnicos que são utilizados na construção e
348 na ocupação como um todo. Enfim, tiveram vários aspectos, senão me engano foram
349 doze leis complementares que acabaram entrando dentro arcabouço municipal, a área de
350 (nau) também foi observada e colocado propostas. Observando que existem duas APA's
351 e dentro das APA's existem também seis unidades de conservação no município que a
352 gente tem que respeitar e obedecer. Então a área municipal tinha um problema, alguns
353 locais rurais têm uma concentração maior de pessoas, mas não queriam transformar
354 aquilo num distrito, porque iam perder aposentadoria, diversas questões já colocadas.
355 Mas eles queriam infra-estrutura. Queriam atendimento de rede, água, esgoto, lixo,
356 telefone, enfim. Então foram ampliadas essas zonas que chamamos de perímetros ru-
357 urbanos, que não são nem urbanos e nem rurais. Seria uma transição disso. Então,
358 observando principalmente as duas APA's, Serra do Mar e Guaraqueçaba dentro da parte
359 do território municipal, os maciços representativos de mata atlântica dentro do município,
360 criamos então quatro grandes localidades rurais que são zonas de expansão, aquelas que

101

102

103

104

105

106 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

107

108

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

110

111

112

113

361 eu comentei, que seria Bairro Alto, Cachoeira, Rio do Nunes e tentamos utilizar o conceito
362 de planejamento em cima da parte da microbacia da região Saigua, que é uma região de
363 entorno muito próxima do centro, na verdade do lado da parte urbana do município,
364 preservar para a expansão futura do município. Então, fechou assim o zoneamento como
365 um todo da parte ambiental, macrozoneamento ambiental do município. Foram feitas
366 algumas coisas, principalmente a delimitação dessas zonas onde terrenos seriam levados
367 à pavimentação, onde a Copel poderia estar atendendo a ligação de energia elétrica, a
368 Samae faria o atendimento a água, as próprias operadoras de telefonia poderiam estar
369 fazendo as ligações referentes às questões de atendimento de serviços de infra-estrutura.
370 Então, acho que o principal aspecto é a delimitação disso, ficar claro que a partir daquele
371 momento se levar, além de que ficaria mais caro e oneroso para o município. A criação de
372 módulos de desenvolvimento que seria uma espécie de montar e buscar com os
373 proprietários rurais, formar módulos de desenvolvimento de que tipo de atividade,
374 respeitando sempre as questões dos quesitos, fazer um plano de manejo para que se
375 opere e fomenta a utilização do território dentro das APA's. AS APA's não proíbem, as
376 APA's não são proibitivas, elas não falam que tem que ser preservação totalmente.
377 Algumas áreas têm que preservar totalmente, outras podem ser (exploradas) desde que
378 atendendo certas premissas. Então a criação desses módulos de desenvolvimento seria
379 juntar vários proprietários e desenvolver um plano de manejo não só com o proprietário,
380 mas para um conjunto, facilitando fomento, o desenvolvimento da atividade agrícola como
381 um todo, inclusive dentro das próprias APA's. Tudo isso que foi apresentado, foi discutido
382 no Colit, no IAP, no Ibama, sempre recebemos e sofremos críticas e recebemos
383 sugestões também à respeito. Na questão da expansão portuária, que é um setor muito
384 importante para o município, houve um bloqueio que foi importante num momento ímpar
385 na história de Antonina e talvez na histórica dos municípios enquanto Plano Diretor, foi a
386 possibilidade de desenvolvimento da cidade como um todo, na parte municipal, na parte
387 urbana, têm questões históricas, tem as atividades inerentes ao município e também a
388 atividade portuária. Com grandes vazios dentro de uma área de reserva de mata atlântica
389 conseguiu-se demonstrar, então, a viabilidade econômica, territorial e ambiental para a
390 expansão portuária dentro do município. Apresentou-se diretrizes no que diz respeito aos
391 perfis e serviços que podem ser prestados, principalmente aos tipos de cargas, porto
392 seco, questões alfandegárias de maneira geral para o uso e ocupação do solo; buscar
393 modernizar os anseios principalmente em ligações rodoferroviárias da zona portuária
394 como um todo e a integrar a atividade portuária com os projetos municipais e regionais
395 que estavam sendo desenvolvidos. Hoje encaminhando o Plano Regional de
396 Desenvolvimento do Estado já observando essas questões para o município. Algumas
397 questões, algumas propostas que foram colocadas para o porto. Essa é uma
398 apresentação que foi feita de um dos capítulos à parte, porque o CAP, a autoridade
399 portuária, o Conselho da Autoridade Portuária do município e foi sacramentado aquele
400 volume à parte, ele foi aprovado por unanimidade perante o Conselho e isso é o que foi
401 aprovado e encaminhado como zoneamento englobado dentro do Plano Diretor e é
402 colocado aqui. Então a Autoridade Portuária de Antonina ela também tem representantes
403 de Paranaguá, entre outros tantos, e isso foi apresentado, apreciado e votado sem
404 maiores problemas. Só a parte portuária ela é um microcosmos do município: existem
405 questões legais do complexo Mattarazzo, terminais do Barão de Teffé e expansão do

114

115

116

117

118

119 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

120

121

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

123

124

125

126

406 Porto Félix. Existia uma grande área ociosa vazia no município – aqui no Morro do
407 Cantagalo não lembro o nome, aqui é mata nativa atlântica preservada em bom estado e
408 uma grande possibilidade respeitando a legislação já existente do Estado referente à cota,
409 referente a áreas com declividades já adequadas e propícias para ocupação residencial
410 que seria essa mancha azul aqui. Só para acrescentar com relação ao complexo
411 Mattarazzo. Foi marcada uma reunião com a herdeira do Mattarazzo, ela veio de São
412 Paulo para Antonina, houve uma reunião específica com ela para mostrar as propostas
413 que tínhamos em dividir a área do complexo Mattarazzo em duas. Ela tem ao ver da
414 equipe técnica dois potenciais: a preservação do patrimônio histórico com possibilidade
415 de exploração dessa área para área de turismo – seja gastronômico, hospedagem ou
416 museu e o desenvolvimento do porto ou áreas ligadas ao porto estocagem ou coisas do
417 tipo. Apresentamos a ela essas opções. Então no complexo Mattarazzo como um todo
418 acabou sendo dividida essa área em azul, acaba sendo o que representa a parte do porto
419 operacional do porto de Antonina. Esse grande ‘ele’ marcado, aqui, representa as
420 edificações importantes na questão do patrimônio dentro do município. Ela de frente tem
421 vários casarões que eram destinados ao comércio e serviços na época quando o porto
422 era ativo e um grande armazém e uma outra casa que era utilizada por parte da família
423 Mattarazzo. Essa região tem a potencialidade de utilizar para píer ligada principalmente
424 às atividades náuticas e é o único ponto em Antonina que acaba fazendo um ‘ele’ onde
425 você consegue desse região ver o Centro Histórico de Antonina dessa perspectiva.
426 Apresentando isso e apresentando argumentos de que eles poderiam estar explorando
427 além de defender o patrimônio histórico, fomentar o turismo e promover a atividade
428 econômica foi muito bem aceito pela herdeira do Mattarazzo e acabou sendo aprovado
429 por ela. A grande área que acaba sendo muito próxima e que tem a maior parte de
430 acesso e onde os piers já estão consolidados e a infra-estrutura já foi instalada, ela foi
431 direcionada a um casamento integrado com o Porto Barão de Teffé, onde poderia estar
432 sendo utilizado construção de embarcações mesmo ou utilização de balsas ou áreas de
433 estocagem complementando o uso casado entre o Barão de Teffé mesmo sendo um porto
434 privado ou não. No terminal Barão de Teffé existe um problema de calado que foi
435 observado em várias questões. Foi proposto como parte de utilização daquela lama da
436 dragagem que é um volume muito grande através do processo de aterro contido, a
437 utilização daquela área voltada à habitação e ao desenvolvimento da parte de turismo
438 daquela região da Praia dos Polacos e da Ponta da Pita. Mas, também, a expansão
439 portuária criando uma nova área de aproximadamente 41 mil metros quadrados para a
440 expansão desse porto para utilização de barcas e a divisão dessas áreas em três
441 grandes zonas de armazéns aí já analisando questões de logística onde poderiam ser
442 montados notebooks... montar equipamentos para exportação, enfim, a estocagem e
443 indústrias limpas nessa região já na beira alfandegado, inclusive, para ser exportado logo
444 em seguida. Sempre o casamento aqui do Barão de Teffé e o Porto de Antonina ele utiliza
445 uma ação conjunta com o Porto de Paranaguá. Os portos não se rivalizam, é o porto do
446 Paraná, complexo estuário do Paraná. Neste caso, aqui, no Porto Barão de Teffé
447 utilizando a modalidade de barcaça em conjunto com o Terminal do Félix e o Porto de
448 Paranaguá atuando de forma conjunta visando o desenvolvimento do Paraná como um
449 todo. A busca da utilização dessas vocações de usos desses portos sempre visando a
450 complementação e não a rivalização desses usos dos portos. Essa grande mancha

127

128

129

130

131

132 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

133

134

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

136

137

138

139

451 acinzentada é o que serviu de referencial para a adoção daquele processo de aterro
452 contido que o Barão de Teffé utilizou seguindo todos os preceitos legais, todas as
453 medidas mitigatórias e conseguiu aprovação para fazer a sua dragagem. Esse processo
454 de dragagem é contínuo. Então foi sugerido no mesmo molde desse processo a expansão
455 desse setor que é onde tem o maior calado dentro do município dividindo em três lotes
456 que daí entra em processos públicos de licitação – se vai ser o governo do Paraná ou se
457 vai ser uma empresa privada, mas, dividindo em três lotes de, aproximadamente, 500/250
458 metros de expansão dessa área em aterro controlado possibilitando triplicar o potencial
459 que tem só nessa região do porto de acesso e capacidade de exportação e carga. Como
460 medida mitigadora não foi sugerido nem mesmo pelo próprio Colit, já surgiu pelo IAP, já
461 surgiu dentro do Porto mesmo, da comunidade e do município uma expansão como uma
462 área de compensação como já acontece em algumas regiões que o Porto protege o
463 mangue, toda essa região aqui quadriculada seria feita a proteção e a indução de mangue
464 para fomento e o crescimento do mangue chamado de mangue induzido em contrapartida
465 a essa expansão portuária que estaria acontecendo. Os processos de geodinâmica
466 mostrados na expansão do porto mostram que haverá uma acumulação dessa região aqui
467 na área verde fazendo o crescimento do mangue de maneira natural. Isso foi observado.
468 Além disso toda essa região próxima à baía obedecendo a legislação estadual, federal e
469 algumas outras prerrogativas de legislação do Estado foram colocadas como áreas de
470 proteção e preservação do mangue, onde são proibidas qualquer tipo de ocupação,
471 sendo permitida somente e única exclusivamente a exploração de sambaquis ou
472 (científico culturais), principalmente algumas ações do Plano Diretor ao desenvolvimento
473 de ações de conscientização da importância do meio ambiente. É uma faixa de
474 aproximadamente 100, 120 metros de largura que adota toda a área da baía, porque aqui
475 já não tem calado, não são áreas, não existe a potencialidade de ocupação dessa área
476 para porto, então a preservação se torna importante. Além disso, foram colocadas como
477 áreas de apoio logístico toda aquela área ociosa que existe dentro do município com
478 representativas, aí já não mais de mata atlântica, uma vegetação de segunda ordem que
479 tinha sido devastada e tal, a utilização e a vocação dessa área, principalmente de quatro
480 retroáreas de apoio aos portos, não só do complexo da Ponta, mas próximo também do
481 Barão do Teffé. Seriam divididas então em retroárea onde seriam colocadas as áreas
482 principalmente para containers e cargas em geral, perfazendo 170 mil metros quadrados
483 de área. A retroárea dois seria uma retroárea para a parte de exportação veículo já
484 montado, seria uma espécie de estacionamento para destinação disso, de 95 mil metros
485 quadrados ou outras áreas que possam estar utilizando. A retroárea três seria o Parque
486 Industrial Alfandegado similar aquele dividindo a área do Barão do Teffé com uma área de
487 201 mil metros quadrados, visando aqui indústrias e serviços de montagem ou (lupas),
488 principalmente porque os usos que foram utilizados e propostas sempre foram a utilização
489 de usos limpos. Por exemplo, nenhuma refinaria ou (?) porque tem o complexo estuário
490 importante. E uma retroárea quatro onde seria destinada a triagem, principalmente de
491 caminhões que acaba acontecendo por parte de um empreendimento desse tipo, uma
492 área de 56 mil e 500 metros quadrados destinado a isso. Além disso, existem as questões
493 dos acessos que foram discutidas. Toda essa área em azul são áreas residenciais, mas
494 há a questão de um estudo rodoviário que a própria Audi junto com algumas empresas
495 privadas estavam desenvolvendo de ligação entre intrepertos, onde a malha ferroviária

140

141

142

143

144

145

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

146

147

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

149

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

150

151

152

496 existente chega até o Barão de Teffé e faria um anel de ligação entre os dois portos. Essa
497 área que foi utilizada e colocada já no Plano Diretor como uma diretriz viária e colocada
498 também no PDZPO, onde foram colocadas uma malha rodoviária e ferroviária fazendo as
499 ligações dos portos, e o zoneamento observou os cuidados com as questões da
500 habitação e usos dessa região. Os estudos já estão sendo feitos na verdade, algumas
501 propostas, a idéia foi colocada, além de uma outra questão polêmica que acabou
502 acontecendo, e foi motivo de notícias em jornais, que é a questão de uma alternativa do
503 acesso viário do porto a Antonina. Durante o plano foi discutido porque não fazer a via
504 desde que se faça nos moldes e nos preceitos corretos. Na verdade uma obra - seria uma
505 especulação viária que acaba tendo, traçar a linha, sendo esse um problema menor ou
506 ambientais em menores escalas - a gente propôs um perfil de via que chamamos de
507 "rodovia ecoportuária" classificada como classe zero. O que isso quer dizer? Não pode ter
508 ocupação em beira margem dessa rodovia. Ela seria como a estrada da Serra do Mar
509 onde só se faz o acesso e a sugestão que o plano colocou, e aí é uma questão de parte
510 de gerência do município, é que essa rodovia seja principalmente, exclusivamente de
511 serviço, passagem de caminhões de carga. Já existe um estudo feito pelo DER do
512 traçado dessa via que ligaria um importante eixo e atravessaria inclusive parte do território
513 de Morretes ligando à BR 277, várias estruturas como óleo dutos, redes de alta tensão,
514 ferrovias que passam na região. Ligaria uma região do próprio município, aí já não
515 compete mais ao município de Antonina, mas aí é aquela questão das ações casadas
516 entre os municípios. Existe um área bastante antropizada com ocupação que poderia
517 fazer, e já foi feito um estudo da continuação do acesso viário que ligaria a região dos
518 portos de Antonina. Então, é esquemático, é só para ilustrar, mas ela passa inclusive por
519 uma região de mangue, onde nos moldes de uma rodovia que é exemplo comum no
520 mundo todo feito aqui no Brasil em mata atlântica, que é a Nova (?) feita no Estado de
521 São Paulo, onde é praticamente viadutos e a ocupação da mata, a devastação da mata
522 atlântica, o dígito em percentual de área atingida foi menor que 10%. Quer dizer, é um
523 modelo viável, caro mas é possível e é possível fazer dessa forma. O projeto mais caro na
524 verdade é um viaduto que faria a transição do rio por cima do Rio Nhundiaquara, é uma
525 ponte, mas daria uma ponte de aproximadamente dois quilômetros. E com a tecnologia
526 correta, listado ou qualquer coisa do tipo, é mais barata e (?) grandes nomes. Quer dizer,
527 é possível. Então foi colocada como uma diretriz viária, ela pode até nem vir a ser
528 executada mas está colocada inclusive com possibilidades do município estar
529 conseguindo junto ao Ministério Federal a arrecadação. Além disso, a área de vocação da
530 Ponta da Pita foi descoberta uma potencialidade através até do próprio porto do Barão de
531 Teffé de uma necessidade, eles recebem hoje, sendo terminal de cargas exclusiva e
532 alfandegado, interesse de várias empresas do Brasil e do mundo de colocar um porto
533 para turismo mesmo, onde os turistas podem parar, fazer a sua abordagem e conhecer o
534 litoral do Paraná. Sabendo dessa demanda e sabendo da questão de hidrodinâmica lá, a
535 Ponta da Pita tem uma vocação, que hoje já é voltada ao turismo, muito grande, muito
536 forte. E essa ponta mesmo, que leva o nome da região dessa área de mata atlântica,
537 poderia ser colocada infra-estrutura e readequada de maneira correta, porque hoje não
538 existe estrutura, para que agüente uma demanda desse porte. Mas com a construção de
539 (birddolf) poderia ser feita a atracagem já visando um turismo dessa região, então um
540 terminal turístico também. De uma maneira geral, esses foram os principais aspectos

153

154

155

156

157
158
159
160
162
163
164
165

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

541 observados em Antonina e colocados e discutidos dentro do município, tentou-se sempre
542 não privilegiar uma área ou um setor econômico, histórico ou a cidade ou qualquer coisa
543 do tipo. Todos os aparentes conflitos que poderiam ter a gente tentou observar as
544 vocações, os aspectos legais e fazer eles conversarem entre eles. Esse é o plano que foi
545 elaborado e apresentado em Antonina que está sendo apresentado a vocês. Obrigado.
546 Concluída a apresentação, o Sr. Presidente do Conselho, Allan Jones dos Santos abre a
547 palavra para comentários. O Conselheiro Luciano Pizzatto cumprimenta os presente e
548 parabeniza o estudo, excelente, mas se confessa um pouco confuso. Coloca que se está
549 analisando os Planos Diretores e que se está confundindo Plano Diretor com proposta de
550 governo. O Plano Diretor fala de merenda escolar, isso é plataforma política para um
551 determinado período, não tem nada a ver com Plano Diretor e temos uma dificuldade
552 enorme para discutir esse Plano Diretor, ele se confunde com a realidade, com a
553 necessidade socioeconômica e sobrevivência das pessoas com a visão lúdica ambiental
554 que não tem a menor consistência com o que está sendo apresentado. Se não for dito a
555 este Conselho qual é o acesso a Antonina não há nada mais a ser analisado. Porque se,
556 por exemplo, a visão do acesso a Antonina realmente for essa proposta de uma eco-
557 rodovia que é magnífica a proposta, um custo um pouco audacioso, mas, tudo bem, isso
558 não é problema nosso, todo o conceito de desenvolvimento muda. Porque você vai induzir
559 o desenvolvimento para o porto: a geração de emprego, etc. Não adianta desenhar no
560 papel o que foi em 1925 e o que era em 2005 se você vai fazer um novo acesso
561 exatamente no lado oposto de onde é o acesso hoje mesmo que continue existindo o
562 acesso anterior. Sem a definição de como se chega a Antonina não há o que falar! Esse
563 ponto é fundamental. Segundo: como a visão é muito mais lúdica do que realista, no
564 embasamento legal não estamos entrando na discussão de Guaratuba. Ou Antonina faz o
565 que pode fazer dentro do que determinou o novo Estatuto da Cidade, com maior
566 liberdade, ou se submete à legislação já existente. Acho que o Estatuto de Cidade veio
567 para permitir resolver um monte de problemas e abrir uma brecha para que as cidades
568 possam ter uma liberdade de solução. E na situação da parte legislativa fala-se em
569 resoluções, em resoluções e nada é a mesma coisa. Estamos num regime democrático,
570 aqui se cumpre Lei. Não ouvimos falar da Lei Estadual de Floresta a 11054 que estipula
571 norma sobre o tipo de manejo de palmito, manejo de floresta, tipo de silvicultura do litoral;
572 deveria falar da Lei 4771 sobre exploração e manejo das espécies em extinção; deveria
573 ser levado em consideração que a preservação permanente de duna, restinga e mangue
574 é só em ato específico, não é generalizado. E aí se confunde a visão lúdica a
575 impossibilidade de um município como Antonina ter agricultura, ter carcinicultura. Ou seja,
576 Antonina abdica completamente a criação de camarões, de peixes, etc. E para fazer tem
577 que usar mangue, para usar mangue tem que entrar na discussão da 4771, das APP's. A
578 visão continua sendo tão lúdica, eu já parti do princípio que não há o que discutir sem que
579 digam ao Conselho do Litoral qual será o acesso. O Porto é considerado somente para
580 exportação. O resto do Porto são cinco grandes áreas para depósito de mercadorias,
581 como é que a população de Antonina vai comer e viver? Qual é o emprego? O Porto tem
582 que gerar indústria, serviços! Tem que estar prevista uma área industrial e este Conselho
583 quando aprovou o zoneamento da área industrial de Paranaguá depois de ano de
584 discussão foi para que Paranaguá tivesse emprego. Depósito de carro gera muito
585 emprego e os outros somando todos não dá cem empregos. Qual é a necessidade de

166
167
168
169

170

171 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

172

173

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

175

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

176

177

178

586 empregos em Antonina? Qual é a capacidade de carga para o tamanho da cidade que foi
587 colocado ali? Qual é a necessidade de área urbana, sustentação e serviços para 2020?
588 Isso é um Plano Diretor de Uso e Ocupação do solo! Quero saber para 10, 20, 30, 50
589 anos como será Antonina? As coisas se confundem nessa visão lúdica do atual projeto
590 quando se vê, por exemplo, que ao lado do Porto você cria uma zona de expansão
591 urbana que é onde nós menos deveríamos ter. É onde mais traz impacto e aí você
592 contrariando o Plano, contrariando... todas as cidades estão tirando as rodovias de dentro
593 da área urbana, coloca uma ferrovia no meio da área de expansão urbana para atropelar
594 crianças e tendo um impacto interno. É um negócio assim incongruente: se vão construir
595 uma nova ferrovia pelo amor de Deus que seja em um lugar onde não tenha ninguém. E
596 as relações continuam sendo lúdicas ao parecer que são belas, não são! Quem já fez um
597 passeio turístico de navio sabe que a idéia de um píer turístico é fundamental para o
598 Estado do Paraná. Só que na Ponta da Pita não é um naviozinho para passear, bonitinho.
599 Quando ele parar ali 3 mil pessoas vão descer em uma hora: tem que ter estrada, tráfego,
600 estacionamento... E aí o Plano Diretor parte para plano de governo novamente, vamos
601 dizer:- Vamos mudar o sistema viário porque só vamos ter, agora, micro-ônibus entrando
602 nessa área. Finaliza dizendo que teria mais a dizer, mas que não vê como continuar sem
603 a resposta de qual é o acesso a Antonina que está sendo previsto no Plano Diretor –
604 devidamente viável, não proposta. E no Plano Diretor tem que dizer qual é a capacidade
605 de carga hoje da cidade; quanto dá para aumentar de comércio, indústria e casa na atual
606 área urbana e quanto precisa de plano de expansão, não com chácaras! Isso aí é iludir as
607 pessoas: chacara hoje, loteamento daqui dez anos se houver expansão urbana. Pergunta
608 como vai funcionar isso para que a gente não tenha conflitos e agradece. O Sr.
609 Presidente esclarece ao Conselheiro que hoje é apenas uma apresentação do Plano e
610 que o mesmo não está sendo colocado para aprovação. O Conselheiro Luciano Pizzatto
611 diz que sabe disso, mas que discutir algo que não existe fica difícil. E reforça que nessa
612 discussão gostaria de saber qual é o acesso. O Sr. Walter Gustavo Linsmayer responde
613 então a pergunta do Conselheiro dizendo que não sabe se foi claro, porque tentou
614 sintetizar a apresentação e os volumes. São vários os volumes, pertinentes às questões
615 legais, legislação florestal, Estatuto da Cidade, o zoneamento, tudo isso está colocado,
616 está detalhado no plano e não houve tempo para explicar. Coloca que nas apresentações,
617 na área onde foi proposta mudança da rodoviária, utilizando a faixa de domínio da
618 América Latina Logística da via ferroviária, foi proposto a abertura com diretrizes viárias
619 na legislação e a utilização daquela área, sem fazer maiores investimentos em
620 desapropriações, porque a área é faixa de domínio, é um acordo comum, e seria feito o
621 desvio onde seria a continuação do acesso, não inventando um acesso novo, o acesso
622 Morretes/Antonina, Thiago Peixoto, faria o desvio do centro histórico, hospital, indo pela
623 Conde de Matarazzo que é o atual acesso de Antonina e que existe desde a criação de
624 Antonina, mais que secular. A questão da ferrovia, como outros municípios na região
625 litorânea, acabam ficando comprimidas entre a baía e o morro. O desenho de uma linha
626 férrea, que é uma importante ligação ferroviária, importante infra-estrutura, necessita de
627 certas questões, por exemplo, inclinação. Então não tem como se fazer a rodovia em
628 cima do mar, custaria mais caro, do que se fosse fazer em cima do morro. Teriam
629 aspectos complicados. Então o melhor acesso, o melhor perfil, foi traçado, foi colocado
630 dentro da região urbana. Existem questões de conflitos? Existem. Qualquer infra-estrutura

179

180

181

182

183

184 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

185

186

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

188

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

189

190

191

631 vai gerar conflito? Gera. Agora, é colocado o acesso da rodovia ecoportuária como uma
632 alternativa, colocado como uma diretriz viária dentro do município que é importante não
633 só para o município de Antonina como para o Estado do Paraná como um todo.
634 Infelizmente é assim, o porto não traz riqueza só para Antonina e nem só para
635 Paranaguá, traz para o Estado do Paraná e para o Brasil e envolve mais de um município.
636 Então foge da alçada. Agora a vantagem do município em colocar aquilo – desculpe-me
637 esqueci de colocar na apresentação, aquela rodovia ecoportuária faz a ligação do setor
638 de expansão portuária, e no setor de expansão portuária é permitido a criação de
639 indústrias limpas que estejam ligadas à atividade portuária, portanto, geradoras de
640 emprego, que possam ser instaladas no município. Assim como tem vários outros
641 municípios, existem portos secos em algumas regiões, São Paulo tem porto seco, não
642 tem porto, não tem aeroporto, não tem nada, é só um terreno. A pessoa chega, monta
643 uma indústria de componente de note book, emprega 500 pessoas porque é manual,
644 montou, fechou, é alfandegado e exporta. Esta foi a vontade, não do plano de Governo
645 daquele ou daquele outro, foi a vontade de uma população de discutir no Plano Diretor do
646 seu desenvolvimento durante um processo de um ano de (inspeção). Se não fosse a
647 vontade da população, e se tivessem problemas legais ou questões do tipo, não teria sido
648 apresentado e colocado no documento. Agora, o plano trabalha com aquela hipótese que
649 comentei, do desvio do centro histórico para uma via de acesso, aqui já entra questões
650 dentro do próprio município que já estava para sair, se conseguiu, questões do tipo. Mas
651 aí é o desdobramento de várias questões, só tentei explicar de maneira bem resumida
652 algumas coisas. O zoneamento é mais detalhado, o macrozoneamento, as vocações das
653 áreas. Aquelas áreas em azuis não estão todas ocupadas, na verdade não tem nem 20%
654 dela ocupada. É área para ser adensada, por isso que é macrozoneamento de
655 adensamento, são várias questões que depois quando tiverem sendo encaminhadas a
656 gente esclarece qualquer pergunta. Concluída sua resposta agradece. O Conselheiro
657 Luciano Pizzado se desculpa e indaga se não se está discutindo o Plano e coloca que
658 infelizmente Plano Diretor dizendo que é um desejo que se construa uma ecovia, não
659 pode nem apresentar um projeto com um porto futuro e também deseja que tenha porto
660 então não. Se não definirem o acesso, não há o que se discutir. E Antonina vive este
661 drama há muitos anos, está na hora de brigarmos para resolver este problema. Este
662 Conselho tem a obrigação de dizer se quer ou não esta rodovia. O Sr. Presidente
663 pergunta se mais algum Conselheiro quer fazer uso da palavra e consulta os
664 representantes da Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL
665 se aceitam a relatoria do Plano Diretor de Antonina. O Sr Heitor A Scremin França
666 Conselheiro representante da SEPL coloca que sim, que podem trabalhar inclusive junto
667 com a equipe que elaborou o Plano já que detém o conhecimento, e propõe uma parceria
668 também com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU. O Sr.
669 Presidente Allan Jones dos Santos estabelece então prazo de quarenta e cinco dias para
670 a apresentação do relatório e suspende a reunião, sugerindo que os trabalhos sejam
671 retomados as quatorze horas. Às quatorze horas o Sr. Presidente Allan Jones dos Santos
672 reabre a reunião e passa a palavra ao Sr. Carlos Alberto Saldanha, Arquiteto e Urbanista
673 e integrante do Escritório da região Metropolitana e Litoral da SEDU PARANACIDADE. O
674 Sr. Carlos informa que foi incumbido de fazer um breve relato sobre o Plano Diretor do
675 município de Guaqueçaba, plano esse do qual fui supervisor. Informa que a síntese a

192

193

194

195

196
197
198
199
201
202
203
204
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720

205
206
207
208

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

ser apresentada tem por objetivo expor o processo de construção do Plano de Guaraqueçaba em alguns aspectos fundamentais. Ou seja: Gestão Democrática do Plano que é uma das premissas do Estatuto da Cidade; a legislação atendida em razão do leque, do prisma de leis que atingem o território de Guaraqueçaba e em relação às diretrizes propostas buscando um caminho para o crescimento sustentável do município e a preservação do meio ambiente. Destaca, também, que o Plano Diretor de Guaraqueçaba será objeto de análise detalhada por parte da relatoria deste Conselho para posterior discussão. Inicia sua apresentação informando que esse Plano teve início em dezembro de 2005 e foi finalizado em agosto último. Foi supervisionado por técnicos da Sedu – ParanaCidade e o primeiro ponto a ser destacado é a gestão democrática da participação da comunidade junto ao Plano. Esclarece que foram formados dois grandes grupos: o primeiro Grupo de participação do Plano Diretor, que seria Comissão de Acompanhamento do Plano, composto por 28 representantes da comunidade em geral, e 12 representantes de associações, órgãos públicos, entidades privadas e organizações não-governamentais; o segundo grupo foi composto por funcionários das diversas pastas do Executivo Municipal. A comissão de acompanhamento do Plano englobou participantes de todas as ilhas que compõem o município de Guaraqueçaba, a área rural – representantes de área rural e representantes da própria sede. Foram realizadas as seguintes reuniões com esses núcleos e a população: com o grupo do Plano Diretor sete reuniões. Foram feitas reuniões de capacitação com o núcleo e a comissão de acompanhamento, no total de oito reuniões. Reuniões regionalizadas: a consultoria que a Vertrag Planejamento fez reuniões diretas, principalmente nas ilhas, as quais as pessoas que ali moram teriam ou tinham dificuldade de acessar à sede. Então foram feitas essas reuniões regionalizadas. Visitas técnicas, quatro; audiências públicas, quatro; oficinas de trabalho, 17. Essas oficinas de trabalho englobando todas essas comunidades; reuniões técnicas com órgãos do Estado e da União, cinco. Nessas reuniões também participaram os seguintes órgãos e instituições: Ibama, Colit, Sedu – ParanaCidade, Sanepar, Copel, Secretaria do Patrimônio da União, Pro-Atlântica, Polícia Militar, Emater, Coordenação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Guaraqueçaba, IAP, Coordenação da Agenda 21 do Paraná, Ong, Fundação Boticário; APA de Guaraqueçaba, representação indígena, Colônia de Pescadores, PUC e Câmara de Vereadores de Guaraqueçaba. Os produtos desenvolvidos pela consultoria da Vertrag Planejamento foram cinco: Plano de Trabalho, Perfil do Município de Guaraqueçaba, Análise Temática, Definição de Diretrizes e Propostas e elaboração de anteprojeto de lei. Outro ponto importante nessa breve explanação é com relação à legislação. O Plano Diretor do Município de Guaraqueçaba contemplou as seguintes leis de âmbito federal: Lei 9985 de 2000 que regulamenta o art. 225§ 1º incisos I, II e III e VII da Constituição Federal o qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei 6902 de 1981 que dispõe sobre a criação de áreas de proteção ambiental, regulamentada pelo Decreto 99.274 de 1990; Decreto 90.883 de 1985 que implementa a APA de Guaraqueçaba; Decreto 87.222 de 1982 que regulamenta a Lei Federal nº 6902 de 1981 que também estabelece restrições ao uso do solo de uma parcela do território municipal; Lei 10.257 de 2001 que institui o Estatuto da Cidade. Legislação de âmbito estadual foram contemplados os seguintes decretos: Decreto Estadual 5040 de 1980 que aprova o zoneamento de todo o Litoral paranaense; Decreto 2963 de 1980 que cria as Ares de Especial Interesse e Proteção no Litoral do

209
210
211
212
214
215
216
217
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765

218
219
220
221

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

Paraná. Leis Estaduais: 7389 de 1980 e 12.243 de 1998 que consideram como Áreas Especiais de Interesse Turístico alguns municípios litorâneos – dentre eles Guaraqueçada, estabelecendo, inclusive, restrições ao uso do solo nessas regiões; Lei Estadual 13.164 de 2001 que dispõe sobre a Zona Costeira do Estado; Decreto Estadual 2722 de 1984; e Decretos Estaduais números 4605 de 84; 2154 de 96; 1796 de 97 que instituem o Conselho do Litoral, define sua composição e estabelece o seu objetivo principal, aplicação das normas estaduais, parcelamento e ocupação do solo nas áreas especiais de interesse turístico. Desta forma, com todo esse arcabouço legal e com a participação maciça da comunidade, trazendo para o plano todo o perfil, uma radiografia do que é o plano do município de Guaraqueçaba, o plano estabeleceu algumas diretrizes a seguir enumeradas: perdas e danos sociais e ambientais, causados por deslizamentos ou escorregamentos na área urbana, através do mapeamento e identificação das áreas de risco e adequação dos usos do solo brasileiro; melhoria do sistema de navegação na baía de Guaraqueçaba por meio da elaboração de estudos técnicos e viabilidade ambiental, econômica e social; minimizar as perdas derivadas da erosão costeira das ocupações existentes próximas à desembocaduras, implementando programas de mapeamento e monitoramento das áreas ocupadas susceptíveis; definir o uso e ocupação do território municipal, classificando e identificando os adequados e os inadequados à proteção do meio ambiente e visando a sustentabilidade social da região; desenvolver e implantar projetos de uso do solo agrícola, visando o desenvolvimento sustentável do território; controlar os processos erosivos de assoreamento, recuperando as matas ciliares das bacias hidrográficas do município; diminuir perdas sociais e ambientais com as enchentes por meio do mapeamento das áreas com risco de enchentes e adequação do uso e ocupação do solo; implantar formas e caminhos para o desenvolvimento sustentável do turismo de (aventura) e observação da natureza, criando mecanismos para articular a preservação do ambiente natural à geração de renda para a população local, revertendo num cenário de longo prazo, o quadro de exploração da fauna e da flora; organizar o uso e ocupação ordenada do solo das comunidades continentais e insulares mais populosas, tendo como referência a diversidade sócio espacial e a sustentabilidade ambiental; promover o uso e a ocupação ordenada do solo urbano, tendo como referência a cidade real e como objetivos o cumprimento da função social da propriedade e o acesso dos seus habitantes ao direito à cidade; promover a regularização fundiária sustentável do solo municipal, priorizando o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou em áreas degradadas e de risco ambiental; desenvolver programas de educação sanitária e ambiental de forma articulada com as Secretarias de Educação, Meio Ambiente e Obras; articular o desenvolvimento econômico do município à proteção do meio ambiente e a busca pela redução das desigualdades sociais; melhorar, entre elas, o sistema da coleta e tratamento de esgoto do município, estabelecer alternativas para a (Comissão Hídrica), do esgotamento sanitário, garantindo a qualidade ambiental; ampliar e melhorar a coleta dos resíduos sólidos, implantando um sistema de coleta com separação de lixo reciclável em todo o município. Diante, então, desses três grandes blocos citados, o plano de Guaraqueçaba culminou com as seguintes minutas de leis: Código de Obras, Código de Posturas, Lei de Zoneamento, Lei de Perímetro Urbano, Lei do Plano Diretor, Lei do Sistema Viário, Lei do Macrozoneamento e Lei do Parcelamento. Finaliza dizendo que esta é sua breve

222
223
224
225
227
228
229
230
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810

231
232
233
234

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

exposição com respeito ao procedimento do processo de construção do Plano Diretor Participativo do Município de Guaraqueçaba e agradece. O sr. Presidente, Allan Jones dos Santos abre a palavra para comentários. O Conselheiro José Baka Filho solicita ao Sr Carlos que volte a tela anterior e pergunta se não tem uma lei específica de proteção ambiental, das áreas de preservação? O Sr. Carlos Alberto Saldanha informa que possivelmente essa lei está no zoneamento ou no macrozoneamento, numa das duas leis: ou no zoneamento municipal ou no macrozoneamento, que leva em consideração todo o município. O Conselheiro José Baka Filho coloca que sim, até porque muito próximos os municípios terão semelhanças e informa que estão se baseando no zoneamento ecológico econômico, porque eles tinham exatamente o que é área de preservação e área de ocupação humana. A visualização é mais fácil, se sabe onde é possível mexer e trabalhar e onde não se pode. Dando continuidade aos trabalhos o Sr. Presidente Allan Jones dos Santos, passa ao próximo ponto da pauta – apresentação do Plano Diretor Participativo de Matinhos. A Sra. Carmen Leal cumprimenta os presentes e informa que em nome da equipe técnica e, a exemplo do Sr. Saldanha, fará uma síntese da síntese do Plano Diretor, porque realmente o processo de construção de um Plano Diretor é bastante complicado, inclusive tem várias fases e é muito difícil, em trinta minutos, tentar colocar os pontos fundamentais. A equipe técnica, principalmente a equipe técnica do município está presente, e coloca-se à disposição para qualquer questionamento do que ficar em aberto. Continua informando que como todos sabem um Plano Diretor é o que se chama da Carta Magna do município e é o instrumento fundamental no planejamento urbano. Então, o que se quer colocar basicamente hoje é a responsabilidade que o Conselho do Litoral tem nas mãos em analisar e aprovar esses Planos Diretores que certamente definirão os destinos dos municípios do litoral por muito tempo. Por exemplo, o Decreto 2722 de 1984 está em vigência até hoje. Então realmente as legislações, por ser uma área de interesse turístico com vários conflitos de uso, tendem a ser legislações um pouco mais definitivas e não tão dinâmicas como se gostaria que fosse. No caso específico de Matinhos, a proposta técnica do Plano Diretor foi elaborada via termo de cooperação técnica entre o Governo do Estado do Paraná e município de Matinhos. Na verdade a Lei 12.243 colocava como um pressuposto básico que houvesse consenso entre os municípios e o Estado do Paraná. E a melhor maneira de se conseguir, então, este consenso seria a tentativa de uma construção conjunta entre equipes técnicas do Estado e equipe técnicas do município numa primeira fase de elaboração do plano. Logicamente que as discussões e aprovações se dariam nos seus dois níveis, nível estadual e a nível da Câmara Municipal. Foi pressuposto básico também a elaboração de um sistema de informações geográficas como fundamental para que se pudesse entender todas as questões que incidem sobre o litoral. A responsabilidade das informações seriam de comum acordo entre Estado e município. Na elaboração das propostas, que na verdade o plano tem todo um conjunto de documentos relativo ao que não será colocado, hoje, mas sim a questão das propostas, então o que foi possível trabalhar dentro do que se tinha. O Paraná Cidade elaborou para quase todos os municípios do Paraná em 1997 uma cartografia na escala 1/2000 das áreas urbanas. Isso foi preponderante porque era o documento que se tinha para começar a análise do município. Foram fundamentais, também, duas grandes cartas que são as cartas de mapeamento de florestas elaboradas pela Pro-Atlântica e a

235
236
237
238
240
241
242
243
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855

244
245
246
247

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

cartografia 1/25000 que fez com que a se tivesse condições de trabalhar toda a área rural do município de Matinhos. Eram elementos técnicos fundamentais para o trabalho. As fotografias é que deram suporte para essa atualização, mas ainda se coloca aí a necessidade de uma grande atualização de dados em nível dos municípios do Litoral. Coloca-se também como pressuposto básico toda a relevância da Agenda 21 alertando, simplesmente, para o fato de que preservação ambiental só é possível quando se consegue respeitar as características econômicas da população e toda a dinâmica social que os municípios têm. Como já foi mais ou menos mencionado o Plano Diretor de Matinhos começou em março de 2005 e teve uma grande fase que foi a fase de diagnóstico na qual se implementou o sistema de informações criando o georeferenciamento de 60 mil lotes no município de Matinhos de forma pioneira. Porque no caso de Pontal se fez um georeferenciamento em nível de quadras e no caso de Matinhos foi feito em lotes. É a maior base fundiária que temos tanto para o planejamento quanto para a implementação de políticas públicas, como, por exemplo, cadastro técnico, IPTU, enfim, foi feito todo esse trabalho em nível de diagnóstico, depois passou-se para a fase de elaboração de propostas e agora neste grande momento que é a fase de aprovação. Em nível de consulta pública o Plano Diretor de Matinhos já teve um pré-início, em 1999/2000, quando o Estado do Paraná contratou o Nimad para fazer 17 fóruns no município – tanto em Matinhos quanto em Guaratuba e começaram a dar suporte e fazer com que se começasse a entender melhor o município, as duas necessidades e pudesse, então, argumentar em cima das propostas elaboradas. Essas propostas traduzem, a grande maioria, a vontade dessa população. O Plano Diretor hoje, então, é organizado nessa grande faixa aqui do ponto de vista analógico, do ponto de vista digital são imensos os arquivos que se tem do Plano e são, então, cinco grandes cadernos. Dois cadernos diagnósticos separados em parcelamento de solo e toda a questão socioeconômica e territorial. Depois tem-se um outro caderno com toda a legislação proposta e um outro caderno com toda a questão das propostas propriamente ditas que daí se explica porque são colocadas algumas propostas e de forma bastante pioneira em nível de Brasil. Assim, se faz um caderno que copila toda essa participação popular, todas as audiências públicas com fotografia, com ata. É um documento bastante bom de consulta de como se faz consulta popular e o Estatuto da Cidade coloca essa questão dos planos serem participativos. Mas não se tem uma metodologia traçada. Então trata-se de uma contribuição que exemplifica como fazer, pelo menos de uma maneira bastante abrangente a participação popular.

As aprovações devem ser feitas tanto no Conselho como na Câmara Municipal, respeitadas as competências de cada um nas suas áreas de atuação. O Plano de Matinhos teve duas comissões de acompanhamento – uma formada só por vereadores e outra por vereadores e pessoas representando a sociedade civil organizada. O Plano foi concluído e entregue, oficialmente, na Câmara Municipal no dia dois de agosto de e no Conselho do Litoral foi protocolado no dia dez de agosto, cumprindo os prazos que antecedem o dia famoso dez de outubro. Em todo o período de elaboração do Plano manteve-se um site na internet o qual será mantido até após a aprovação. Esse site possibilita a elaboração de propostas, de serem discutidas propostas, toda documentação do Plano foi publicada e todas as pessoas podem baixar esse documento gratuitamente, tudo. Qualquer pessoa pode ter. Então esse site continua e é uma maneira de falar com a

248

249 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

250

251

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

253

254

255

256

856 comunidade. Destes fóruns do Nimad que foram dezessete fóruns, na época, a partir
857 agora de 2005 foram 60 reuniões no total, incluindo audiências públicas, reuniões com o
858 Poder Público e reuniões com setores civis da sociedade. Fizemos o possível para poder
859 discutir com todos os setores. Entende-se que nenhum Plano Diretor vai ser
860 implementado se a população não conhecê-lo e não defendê-lo também, não só por uma
861 questão de aprovação vai se garantir a aplicação dele. Foram realizadas o máximo de
862 reuniões possíveis tentando implementar as propostas que estavam sendo discutidas. Foi
863 fundamental ter um sistema de informações porque ele viabilizou dentro do Governo do
864 Estado, Matinhos tinha um famoso clássico aí e sabe-se disso, uma diferença na divisa
865 com Pontal do Paraná. Essa diferença territorial já trazia vários problemas – quer de
866 recusa de fiscalização. Então através do SIG foi possível identificar, exatamente, através
867 da Lei que criou os dois municípios fazer essa correção e através do ITC está sendo
868 encaminhada essa adequação. São conquistas que se teve durante o próprio Plano
869 Diretor. Na seqüência, a Arquiteta Carmen Leal passa a apresentar os zoneamentos
870 propostos: o município foi trabalhado na sua forma integral – tanto na zona rural como na
871 zona urbana sendo feito um grande zoneamento classificando as áreas rurais e as áreas
872 urbanas e aí se identifica todas as áreas de uso especial que são os parques nacionais,
873 os parques estaduais e os parques municipais porque é uma área especial – não chega a
874 ser urbana e nem rural está inserida nesse contexto e tem, depois, uma legislação
875 completamente diferente. Então tem-se esse grande zoneamento para iniciar e depois
876 tem-se o zoneamento rural do município, classificando essas áreas rurais. Para se fazer
877 esse zoneamento rural foi reinterpretado o Decreto 5040 o qual institui as Unidades
878 Ambientais Naturais – tanto planície de restinga, quanto planície aluviais e a partir desses
879 conceitos e destas restrições se monta, então, um novo zoneamento privilegiando uma
880 área de proteção a um manancial fundamental, com restrições maiores do que o 5040
881 que é toda a área onde se retira a água para o abastecimento de Matinhos se faz então
882 toda a transposição do que a APA de Guaratuba passa. Na questão da APA de
883 Guaratuba é esse verde mais clarinho. Então todos os conceitos que se colocou para a
884 APA de Guaratuba reprisa-se aqui e no que se refere a legislação tem-se restrição maior
885 do que está colocado na 5040. A 5040 permite indústrias em algumas situações que
886 coloca-se como não possível. Outra questão fundamental para a área rural é que tenta se
887 fazer um intercâmbio com as áreas urbanas, criando uma unidade administrativa na área
888 rural. Na área urbana a também se faz uma grande classificação de áreas que são
889 novamente as áreas de proteção e de lazer, são áreas públicas que são formadas pelas
890 praias, pelos parques, pelas áreas de preservação permanente, pelas áreas de risco, são
891 as áreas em vermelho, então dá-se um tratamento diferenciado para essas áreas. As
892 áreas em amarelo são áreas notadamente para ocupação urbana, vai ter um zoneamento
893 específico. Aí são áreas que estudou-se de forma bastante intensa, essas áreas de risco,
894 essas áreas em vermelho para o lado de cá é área de morro, ali nas outras áreas em
895 vermelho são áreas onde tem erosão marinha, com tratamento diferenciado para todas
896 essas áreas. O perímetro urbano é definido para se distinguir entre áreas urbana e área
897 rural. O perímetro urbano inicialmente de Matinhos é bem maior do que isso, mas os
898 critérios para estipular perímetro urbano são fundamentalmente, toda essa base de
899 loteamentos que se fez, são loteamentos aprovados, faz-se a interpretação desses
900 loteamentos aprovados e tenta-se prevenir o acesso, a invasão às áreas de floresta

257

258

259

260

261

262 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

263

264

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

266

267

268

269

901 consideradas em estágio médio e avançado. Dentro do perímetro urbano fez-se uma
902 grande classificação de unidades de planejamento, do que se chama de bases, é
903 tentando dar identidade própria em cada local de Matinhos. Matinhos tem 32 loteamentos,
904 então às vezes as pessoas não sabem onde é Gaivota, onde é determinado loteamento.
905 Então se tentou, com essa identidade, criando bairros específicos, juntando loteamentos e
906 criando bairros com alguma identidade própria. Todo sistema viário básico é
907 extremamente grande, mas foi fundamentado num estudo técnico e científico elaborado
908 pela Universidade Federal de Pelotas e que, através de um estudo determinado de central
909 de bairros, identifica os pontos em que há problemas de transposição e indica soluções.
910 Então todo sistema viário é fundamentado nesses estudos, além, logicamente, do que se
911 vê no dia-a-dia, mas esse estudo foi fundamental. Aqui o sistema viário que tentou
912 hierarquizar todo o sistema de vias locais, partindo das rodovias existentes. Enfim, é um
913 complexo sistema que a se propõe, principalmente na época de veraneio em que se tem
914 um grande congestionamento na área de Caiobá, então existem vias coletoras tentando
915 solucionar esses problemas. Todo esse estudo prevê algumas conexões em nível de
916 rótulas, em nível de semáforos colocados de forma estratégica para poder viabilizar toda
917 essa questão do tráfego. Visando implementar uma questão fundamental que é a questão
918 turística do município, propõe-se várias vias de passeios, a Avenida Atlântica vai ter uma
919 estruturação, cria-se uma via de passeio ao lado do Parque Saint-Hilaire, tentando fazer
920 com que essa via de passeio seja limitrofe entre o parque e cria-se vários equipamentos
921 de lazer. Junto a todo esse sistema, que é colocado de forma detalhada, o desenho da via
922 é trabalhado em todas as suas formas e aí se propõe todo o sistema cicloviário Matinhos.
923 Ou seja, basicamente em todas as vias, inclusive as modais, estuda-se de tal maneira
924 que pelo menos um lado da rua teria uma ciclovia, podendo fazer a circulação em todo o
925 município. Então cria-se o que se chama sistema cicloviário, permitindo uma nova
926 mobilidade em nível de município de Matinhos. Então todas as vias são trabalhadas e
927 detalhadas, conforme consulta do plano. Especificamente, então, zoneamento de uso e
928 ocupação do solo geralmente é o período mais complicado em todo o processo de
929 planejamento. Pretende-se criar uma visão moderna que é o planejamento urbano e
930 coloca, em nível do município, o que se intitula por 101 - igualitário para todo mundo. Ou
931 seja, não existem diferenciações em território. Todos em Matinhos, que têm um terreno de
932 500 ou 600 metros quadrados, terão por direito a construção de um coeficiente igual a
933 área do lote. Qualquer majoração, (permite-se a majoração até 3.8), mas essa majoração
934 só é possível mediante a outorga onerosa do potencial construtivo. Ou seja, se temos
935 ônus e bônus na organização, então esse ônus e bônus têm que ser distribuídos em toda
936 a população. Para isso se propõe a criação de um Fundo Municipal que gerenciará esses
937 recursos obtidos com a outorga onerosa e propiciará assim o desenvolvimento de várias
938 políticas públicas voltadas para a implementação e qualidade de vida do município. Ao
939 estipular o zoneamento, faz-se estudos de sombras, estudos volumétricos sobre o
940 território para ver como essas construções são inseridas, qual a interferência que propõe,
941 é um vai e volta até tentar estipular parâmetros considerados o mínimo de qualidade de
942 vida. Esses parâmetros são: taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento,
943 fundamentalmente as áreas de recuo, tanto frontal quanto lateral e de fundos. Então é
944 feito todo um estudo para estipular o zoneamento criado, que são várias zonas. Tentando
945 resumir basicamente, a zona de maior ocupação uma ZB2, uma zona balneária 2 que

270

271

272

273

274

275

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

276

277

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

279

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

280

281

282

946 pode até dez pavimentos, que são as áreas vermelhas. Propõe-se essas áreas de dez
947 pavimentos estrategicamente colocadas em centros de bairros, e passa-se a pensar
948 Matinhos não como Caiobá sendo um grande bairro, mas como Matinhos um município
949 inteiro. Então se terá o centro de bairros com dez pavimentos, alguns com seis
950 pavimentos. Já Caiobá, mais ou menos, equilibra-se o que se tem hoje, coloca nos
951 mesmos parâmetros que tem hoje para não ferir direitos adquiridos e tenta-se criar novos
952 centros de bairros em outras zonas. Cria-se as zonas de conservação ambiental que faz
953 transferência das áreas de floresta para áreas urbanas. Vários estudos foram realizados
954 para estipular essas zonas. Outra questão também é a instituição de zonas especiais de
955 interesses sociais com vários parâmetros de ocupação, permitindo a regularização de
956 ocupações irregulares. A área urbana hoje de Matinhos, pela lei de perímetro urbano, são
957 29,74 km², aplicando a legislação 2722 tem-se um potencial construtivo de 20 milhões de
958 metros quadrados. Com a proposta do Plano Diretor diminuiu-se a área do perímetro
959 urbano, porque esse perímetro hoje é colocado inclusive em áreas de floresta, estágio
960 médio e avançado. Então diminuiu-se a área do perímetro urbano, trazendo a área do
961 perímetro urbano de 29 para 19km². Por exemplo, se ninguém comprar potencial
962 construtivo teremos 18 milhões de metros quadrados a serem construídos, semelhante,
963 então, ao Decreto. A majoração do potencial construtivo pode chegar a 29 milhões de
964 metros quadrados, também girando em torno do que é colocado no Decreto 2722. Ou
965 seja, dá-se uma determinada verticalização, não permite a construção na floresta,
966 conforme colocado pela legislação federal, e permite o adensamento muito próximo ao
967 que é colocado no 2722, mas redistribui essas potencialidades. Ou seja, não fica
968 concentrado em Caiobá e assim permite-se a criação de outros bairros. A outorga
969 onerosa, que é essa compra de potencial construtivo é focada numa forma estudada,
970 especificamente, para o caso de Matinhos em que se considera fundamentalmente o local
971 onde o lote está inserido. Ou seja: se tiver um lote defronte para praia e for pagar a mais
972 por um lote que está lá na região menos valorizada, então na verdade é uma combinação
973 de vários fatores e inclui, logicamente, um percentual do custo unitário básico da
974 construção civil e tem ainda um DVV que é um Dispositivo de Variação de Valor. Esse
975 Dispositivo de Variação de Valor é um controle municipal sobre esse valor que é
976 estipulado via Lei Municipal que pode alterar para cima ou para baixo, permitindo mais
977 construção ou menos construção dependendo da situação econômica, de dinâmica
978 econômica em determinado momento. Esses valores chegam – o metro quadrado pode
979 varias de 20 reais a 200 reais dependendo de cada situação. Nesta transposição do que é
980 urbano, do que é rural pensou-se no caso específico de Matinhos. A questão ambiental
981 preponderante de Matinhos é a questão da drenagem urbana. Então cria-se os corredores
982 de proteção à biodiversidade que na verdade são as áreas de APP totalmente
983 trabalhadas para que este sistema fundamental de drenagem crie vários parques, cinco
984 parques municipais. Um grande corredor de interligação do oceano até a Floresta
985 Atlântica que é o Parque Municipal de Praia Grande; o Parque do Sertãozinho; o Parque
986 Municipal do Tabuleiro; e o Parque Municipal do Morro do Boi. Então são criadas cinco
987 unidades de conservação em nível de município contribuindo muito para a qualidade
988 ambiental e a preservação desses ambientes fundamentais do ponto de vista histórico, no
989 caso do Morro do Sambaqui; e na questão ambiental no caso de Praia Grande. A questão
990 específica de definição do perímetro urbano que se coloca nesse tom levemente roxo é

283

284

285

286

287

288

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

289

290

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

292

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

293

294

295

991 onde existe, basicamente, loteamentos aprovados e aqueles em vermelho são
992 loteamentos anulados via Plano Diretor. Existem alguns loteamentos que foram
993 aprovados e estão incidindo em cima de Floresta Atlântica o Plano propõe a anulação
994 desses loteamentos. É proposto um código de obras e um de postura. Na questão da
995 organização administrativa entende-se que o município de Matinhos pelo seu porte, pela
996 sua importância necessita, fundamentalmente, de uma sede nova, uma sede que
997 contemple todas as secretarias no mesmo espaço. Então propõe-se uma nova localização
998 para a sede e propõe duas sub-sedes: uma situada em Gaivotas e outra situada no
999 perímetro rural de Matinhos que é essa Colônia Cambará. Essas áreas são mapeadas,
1000 são estudadas e colocadas transparentemente em todas essas áreas propostas. Cria-se
1001 no município várias diretrizes a nível social, em nível de educação. Para o município de
1002 Matinhos uma área que desde o início entende-se fundamental para o município é a
1003 instalação de uma área que permita a implementação da bioremediação para o município,
1004 tendo um novo padrão para o tratamento de resíduos sólidos. Essa área de
1005 bioremediação é uma área em que a se coloca não só a bioremediação mas são todas
1006 as áreas – nesse caso a área em laranja. É uma área que já se encontra deteriorada, ela
1007 teve em épocas passadas uma exploração de areia, então ali ela permitiria a implantação
1008 de todo um sistema tanto na questão da regulamentação do lixo como também políticas
1009 se entende sociais – como cooperativas para absorver, hoje, todo esse potencial de mão-
1010 de-obra que trabalha com a coleta do lixo urbano. Propõe-se uma nova conceituação do
1011 tratamento do lixo para essas famílias que vivem da coleta do lixo também. A própria
1012 questão da educação não só implementa-se como valoriza-se uma política atual da
1013 prefeitura que é o projeto Polis que tem toda uma política voltada para o famoso segundo
1014 turno, em que as crianças de manhã vão para a aula e a tarde têm segundo turno. São
1015 atividades de cultura e de lazer que estão sendo implementadas no município. O Plano
1016 Diretor complementa isso aí, propõe uma área e pede direito de permissão para que a
1017 prefeitura possa adquirir e realmente tenha essa política contemplada em vários anos.
1018 Então todas essas áreas que se propõe a implementação de equipamentos públicos e
1019 coletivos são classificadas ou áreas declaradas de utilidade pública mesmo para
1020 aquisição ou então são áreas sujeitas ao direito de permissão – são identificadas, são
1021 mapeadas, são quantificadas, enfim, são feitas na proposta de legislação. Finalizando, a
1022 partir de todas essas propostas faz-se uma priorização de onze grandes programas com
1023 base em todas as reuniões que se fez, onze programas considerados prioritários. Não
1024 todo o Plano. Mas onze programas em que se coloca todos eles, estima-se o custo de
1025 todos eles. Esses onze programas divididos em cinco anos de aplicação e se
1026 implementados custariam 271 milhões de reais. Só para dar um exemplo, a campanha do
1027 Lula chega 80 milhões de reais; aquele estádio na Alemanha custou um bilhão de reais.
1028 Quer dizer, 271 milhões é uma quantia relativamente pequena do ponto de vista de
1029 desenvolvimento urbano. Teria onze grandes programas incluídos, aí, várias questões do
1030 esgoto sanitário. A Sra. Carmen Leal finaliza apresentando a equipe técnica que elaborou
1031 o Plano, em torno de 60 pessoas contando com os colaboradores e aproveita a
1032 oportunidade para agradecer aos colaboradores que mesmo sem fazer parte exatamente
1033 da equipe trabalharam e coloca-se à disposição para esclarecimentos. Na continuidade
1034 do Sr. Presidente Allan Jones dos Santos abre a palavra para as considerações. O Sr.
1035 Valentino Edwin Pock lembra da exposição que houve na parte da manhã com relação ao

296

297

298

299

300
301
302
303
305
306
307
308

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

1036 município de Antonina, na qual o Conselheiro Pizzatto fez algumas colocações e depois
1037 foi esclarecido que eram considerações iniciais. Pergunta se serão nomeados hoje os
1038 relatores das apresentações feitas hoje. Diz que sempre foram colocados de forma
1039 genérica, colocado que existe o plano que consignou, no caso de Guaraqueçaba, como
1040 sendo um subproduto, Matinhos considerou uma forma geral de onze programas, dando
1041 até valores, porém se tem detalhamentos e questiona se serão feitos pelos relatores. O
1042 Secretário Executivo, Sr. Luiz Fernando Gomes Braga informa que serão designados,
1043 convidados os Conselheiros-re relatores, tanto para o plano de Guaraqueçaba quanto para o
1044 plano de Matinhos. Registra que como houve essa inclusão na agenda, a pauta foi
1045 submetida inclusive aos Conselheiros, realmente houve a dificuldade, teve-se em contato
1046 tanto com a equipe técnica contratada quanto com a municipal, mas não se conseguiu
1047 mobilizar a apresentação do plano propriamente dito para este momento. Coloca ainda
1048 que acredita que isso não prejudica e que o Sr. Presidente fará o convite, a indicação na
1049 verdade, aos Conselheiros neste sentido. O Sr. Valentino Edwin Pock pondera que
1050 quando a Dra. Carmem falou do Decreto 2722, considerando toda a área do município, os
1051 seus terrenos urbanizados ou não, teria a possibilidade de ter 29 milhões de metros
1052 quadrados. Num pré-zoneamento já aprovado tem sido seguido à risca e deve-se agora,
1053 com a mesma possibilidade construtiva, só que teríamos 19 milhões de metros
1054 quadrados. Compara que quando se tem alunos numa sala de aula, dez alunos, desses
1055 dez alunos cinco tiram nota zero e cinco alunos tiram nota dez, a média é cinco. É uma
1056 média falsa, ela não qualifica os que têm. Dos 29 milhões de metros quadrados (tínhamos
1057 que definir) numa área onde já tem uma estrutura suportável ou possível. Na hora que se
1058 transformar para 19 milhões de metros é óbvio que vai se diferenciar em relação a
1059 Caiobá, e vai seguir a orla em toda a sua extensão e vai se premiar com até dez
1060 pavimentos. Considera que parece que a colocação deve ser mais detalhada, e que quis
1061 dar ênfase com relação ao relator. Continua considerando que em relação a
1062 Guaraqueçaba uma colocação de que teria desmornamentos em área urbana é um
1063 contra senso e que gostaria de ter o acompanhamento disso. A Sra. Carmem Leal coloca
1064 que a primeira questão é a seguinte: hoje com as questões tecnológicas que se tem e
1065 com o volume de informação disponível procura-se disseminar informação de todas as
1066 maneiras possíveis. Então o plano de Matinhos está em detalhes na internet, quando se
1067 protocolou também o próprio plano foi encaminhado CD's e que tem o detalhamento total
1068 do plano, tanto de leis, mapeamento, todos eles em CD encaminhado a todos os
1069 membros Conselheiros. Assim, pressupõe-se que o plano teria sido, pelo menos, visto
1070 pela maioria das pessoas e por isso que a solicitação foi no sentido de que se fizesse
1071 uma explanação curta para propiciar o debate entre os Conselheiros e não se tomar a
1072 reunião com a explanação. Coloca ainda que quanto à questão do potencial construtivo
1073 são questões mais amplas, mas Matinhos hoje não tem infra-estrutura e nem potencial
1074 colocado. Todo mundo sabe disso, os índices estão provando a falta de esgoto. Então o
1075 Plano Diretor coloca a necessidade urgente da implementação da rede de esgoto, então
1076 dizer hoje que o 2722 foi apontado em nível de infra-estrutura não é bem a realidade. É
1077 todo um conjunto de ações que tem-se que fazer para permitir este potencial, tanto do
1078 2722 quanto o do proposto agora. O Sr. Riad Said Zahovi pede a palavra, cumprimenta os
1079 presentes e coloca que pela manhã havia dito que recebeu um convite para participar do
1080 Plano Diretor como Conselheiro para apresentação do Plano Diretor de Guaratuba e

309
310
311
312

313
314
315
316
318
319
320
321

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

1081 Matinhos e ficou surpreso ao ouvir o nome de Guaraqueçaba nesta questão. Mas não
1082 obstante, a equipe da PARANACIDADE que está elaborando o projeto junto a
1083 Guaraqueçaba resolveu explanar alguns detalhes. O Plano Diretor está na Câmara
1084 Municipal para ser apreciado e aprovado e não se tem mais detalhes adequados para
1085 poder discutir no momento o Plano Diretor de Guaraqueçaba. Finaliza dizendo serem
1086 essas as informações que gostaria de passar aos Conselheiros e, que e num futuro
1087 próximo estarão discutindo com mais detalhes sobre o Plano Diretor de Guaraqueçaba. O
1088 Sr. Presidente Allan Jones dos Santos pergunta se há mais alguma consideração e não
1089 havendo manifestação coloca que fica a cargo da Secretaria da Cultura a relatoria do
1090 Plano Diretor de Guaraqueçaba. Informa que A Secretária Vera Mussi já se manifestou
1091 favorável. Quanto ao Plano Diretor de Matinhos a relatoria fica a cargo da Secretaria de
1092 Desenvolvimento Urbano, o Secretário Forte Netto também se manifestou favorável. O
1093 prazo será de 45 dias para apresentação desse relatório. Na seqüência passa ao último
1094 item da pauta que são os assuntos gerais, e solicita ao Secretário Executivo para
1095 apresente os assuntos a serem tratados. O Sr Luiz Fernando Gomes Braga informa que
1096 assuntos gerais são os mesmos apresentados na continuação da reunião extraordinária.
1097 Reforça a questão da distribuição das informações dos planos, inclusive cada Conselheiro
1098 deve ter recebido as cópias digitais dos planos de Guaraqueçaba e de Antonina nesta
1099 reunião e o Plano de Matinhos já tinha sido distribuído com bastante antecedência. Mas
1100 caso haja alguma dificuldade, mesmo estando na internet, informa que a Secretaria
1101 Executiva pode fornecer cópias adicionais em digital para análise aos Conselheiros e
1102 suas instituições. O Sr. Presidente Allan Jones dos Santos abre a palavra e o Sr. Edmir
1103 Manoel Ferreira coloca que o que vai falar não é estória de pescador, porque na verdade
1104 estão ficando quase sem história. Coloca que são oito mil famílias de pescadores que
1105 dependem da pesca no Litoral e realmente têm sido massacrados: os problemas de
1106 derrame de óleo, explosão de navio, encalhe de navio e entre outras coisas. Os
1107 pescadores hoje estão vivendo assim uma pobreza avançada. Por quê? Porque hoje
1108 nesta época agora – outubro/novembro é época da desova das espécies onde eles
1109 entram para desovar nas baías do Litoral. Ali tem o maior celeiro de preservação marinha,
1110 de espécies marinhas, quem anda no Litoral conhece. E está se acabando. Diz que hoje
1111 estão sabendo que as dragas que estão dragando os canais, é preciso dragar e sabem
1112 disso, mas que vão jogar dentro das baías e isso faz com que acabem as poucas
1113 espécies existentes. Solicita ao Conselho que olhe essa situação com bastante carinho já
1114 que trata-se aqui, do Litoral. Reforça dizendo que temos quatro municípios que são baía e
1115 que são celeiros de espécies marinhas: Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba e
1116 Guaratuba. Esses municípios foram todos agredidos com essa última explosão devido à
1117 corrente marinha. Finaliza agradecendo a atenção de todos. O Sr. Presidente informa que
1118 está registrado e que serão levadas em consideração as colocações. O Sr. Valentino
1119 Pock complementa a fala do Sr. Edmir e diz que os planos diretores devem considerar
1120 como Guaratuba considerou. Guaratuba considerou a área de criação de camarões,
1121 ostras, enfim, toda aquela produção que existe e realmente, como Presidente da
1122 Federação principalmente de Paranaguá, deve ter em seus planos diretores. Coloca que
1123 a questão do prazo fatal pela Lei Federal do Estatuto da Cidade é dez de outubro de
1124 2006. E que temos várias situações que são atípicas, temos representantes do Ministério
1125 Público. Pergunta ao Sr. Secretário Executivo como é que ficam as pessoas que têm o

322
323
324
325

326
327
328
329
331
332
333
334

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

1126 seu direito, sua posição de uma eventual construção, de uma eventual implantação de
1127 alguma coisa a partir do dia dez de outubro. Se vigendo que tem em Guaratuba,
1128 Matinhos, enfim, todo o Litoral e talvez até todos os municípios do Brasil, ou se entra
1129 numa nova regra. Finaliza perguntando ao departamento jurídico: Matinhos já foi
1130 comentado que não aprovou ainda; Guaraqueçaba foi encaminhado agora; o prefeito de
1131 Paranaguá encaminhou. Parece que só Guaratuba que tinha se definido. Realmente
1132 precisamos saber ou ter uma orientação sobre isso. O Secretário Executivo responde que
1133 o entendimento é que até que seja aprovado completamente nas duas instâncias –
1134 municipal e estadual vigorará a regra anterior. O Sr. Valentino Pock pergunta se não há
1135 risco desse municípios sofrerem uma ação a nível federal por não terem respeitado o que
1136 diz a lei maior. O Secretário Executivo coloca que o conjunto de informações de que se
1137 dispõe, originárias de várias fontes diferentes, seja do próprio Conselho do Litoral seja da
1138 Sedu ParanaCidade e de equipes responsáveis pela elaboração dos planos municipais e
1139 dos próprios municípios é de que o Ministério Público Federal vai estar, realmente,
1140 convocando todos os prefeitos que tenham obrigação ou que tenham seus municípios
1141 inclusos na lista de obrigatoriedade de realização do plano, aliás, chefes do Executivo e
1142 chefes dos legislativos – Presidente das Câmaras para prestar conta do andamento
1143 desses planos. Há três critérios que são considerados: a data propriamente dita; o
1144 processo de elaboração do plano – se o processo respeitou toda a metodologia ou os
1145 princípios do processo participativo e a qualidade do plano propriamente dito. A
1146 informação é que temos é que na realidade não vai ser prejudicado a qualidade ou
1147 mesmo o seu processo em função da data. Obviamente que cada caso vai ser analisado.
1148 Os municípios que estiverem fora do prazo vão justificar de alguma forma, o próprio
1149 Ministério vai avaliar se é adequada a justificativa ou as razões justificadas e se o prazo
1150 necessário para conclusão dos planos também é razoável. Basicamente vai se produzir
1151 um ajustamento de conduta diante a elaboração dos planos. Complementa dizendo que
1152 no caso do Paraná que é uma situação atípica pelo fato vigorar a legislação estadual é
1153 um caso talvez bastante diferente do resto do Brasil. Esse é um outro elemento que vai
1154 ser colocado para avaliação do próprio Ministério Público. Os municípios, aqui, que hoje
1155 tiveram seus planos apresentados – além de Guaratuba estar num processo que foi
1156 relatado também de revisão, de qualquer forma já encaminharam às duas instâncias – ao
1157 legislativo e ao executivo municipal quanto ao Conselho do Litoral e estão aparentemente
1158 permanente dentro da regularidade, digamos assim. Se o Conselho tem alguma
1159 dificuldade e necessitar de um prazo mais longo para analisar e na realidade envolve,
1160 também, a revisão de toda a legislação estadual principalmente a 2722, talvez o ônus
1161 possa cair sobre o Conselho, dessa responsabilidade e não sobre os municípios. Os
1162 municípios que talvez estejam mais atrasados, por exemplo, já noticiamos aqui que
1163 Morretes está convocando para a reunião inaugural amanhã, o prazo de realização
1164 previsto é de 9 meses, ficará pronto em julho do ano que vem. Ele certamente conseguiu
1165 um prazo dentro do dia 10 de outubro que é iniciar o processo, mas vai que ter que fazer
1166 uma justificativa ao Ministério Público do por que só agora ter conseguido iniciar o
1167 processo. Parece que muitas dessas leis às vezes, colocam inclusive um horizonte de
1168 tempo para início da vigência da nova lei, de novo ordenamento. Considera que existe
1169 uma razoabilidade no prazo de 45 a 60 dias para requerer retomar as apresentações, a
1170 discussão, o debate e a aprovação que no ano de 2006. Se a avaliação está correta ou

335
336
337
338

339
340
341
342
344
345
346
347

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

1171 não está aí o Ministério Público que poder orientar e até talvez cobrar, não só o Ministério
1172 Público Federal mas inclusive nossa instituição do Ministério Público Estadual. Dirige-se
1173 ao Conselheiro Sérgio Luiz Cordoni e pergunta se poderia informar mais detalhadamente
1174 algumas características. O Conselheiro Cordoni coloca que é isso mesmo que, claro,
1175 cada caso é um caso. Entre estar numa instância que está analisando como o de
1176 Guaratuba, que está sendo apresentado, o interesse, como colocado ali, na data desse
1177 prazo que está no Estatuto da Cidade, também é a qualidade do trabalho. Diz ainda que
1178 como o Secretário Executivo colocou, talvez caia o ônus da justificativa não do município
1179 mas aqui que está sendo analisado pelo Conselho e esse é um trabalho bem-vindo. Diz
1180 que o que quer o Ministério Público é que claro se considere que existe um prazo de lei, e
1181 diz não falar pelo Ministério Público Federal, mas pelo Ministério Público Estadual, mas o
1182 que quer o Ministério Público é qualidade no trabalho, dentro de um cronograma razoável.
1183 Em relação à colocação de Antonina, diz que por onde entra, até porque existem
1184 demandas judiciais no Judiciário na esfera federal. Demanda do Ministério Público
1185 Estadual e Federal encaminhe com relação a certos aspectos de Antonina, mas o que
1186 presa mesmo, claro que cada caso vai ser um caso, é a qualidade do trabalho, como foi
1187 colocado pelo Sr. Braga. Ressalta que ele foi muito feliz em colocar isso e diz não falar
1188 pelo Ministério Público Federal, mas pelo o que sabe que vai seguir nessa justificativa,
1189 desde que seja uma justificativa plausível. O Sr Valentino Pock agradece ao
1190 representante da Promotoria Pública e dirige-se ao Sr. Braga dizendo não estar satisfeito
1191 ainda e que pensa no Conselho, numa posição que pode-se sofrer em relação a um
1192 diploma legal que for fornecido por algum dos municípios que venha a colidir com o novo
1193 plano ou que seja beneficiado pelo plano anterior. Então, sugere que se for possível, o Sr.
1194 Presidente, faça uma consulta ao Ministério Público Federal, com princípio, meio e fim,
1195 expondo, perguntando e pedindo uma resposta e que os Conselheiros sejam informados
1196 sobre isso, porque cada Conselheiro não vai poder assumir a responsabilidade depois de
1197 algum ato que tenha sido feito à revelia do município, com relação a olhar os detalhes do
1198 plano. O Sr Allan Jones dos Santos diz que a questão está acatada e pergunta se há
1199 alguma consideração a mais. O Sr. Luiz Paulo Coelho de Almeida Reis, representando as
1200 associações comunitárias coloca a seguinte posição: que o objetivo deste trabalho todo
1201 sempre é conseguir desenvolvimento para a região especialmente agora com essa
1202 questão da sustentabilidade. Diante disso, no Plano Diretor foram colocadas questões
1203 com relação aos valores que terão que ser investidos para se conseguir chegar a uma
1204 qualidade e melhoria. Sugere, com o objetivo de facilitar isso que os edifícios que serão
1205 construídos deveriam observar a questão da economia de energia que pode ajudar muito
1206 o meio ambiente ao qual estamos inseridos. Desta forma, facilita também a execução do
1207 plano, consegue-se gastar menos e sobra mais dinheiro para que se possa implementar
1208 antes nisso. Já existem exemplos fora que os edifícios, tanto comerciais, residenciais
1209 quanto industriais, o poder público obriga a quem vai executar o edifício consiga uma
1210 redução desses níveis de energia. Isso está acontecendo hoje nos Estados Unidos, na
1211 Europa. Reforça que seria bastante interessante se pudéssemos incorporar em todos os
1212 planos do litoral esta questão. Finaliza dizendo que podemos chegar antes a ter a
1213 qualidade que estamos buscando e agradece. O Sr. Presidente informa que a sugestão
1214 está registrada e pergunta se há mais considerações. Não havendo manifestação
1215 agradece a presença de todos e encerra a reunião. E, para constar eu, Luiz Fernando

348
349
350
351

352

353 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

354

355

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

357

358

359

360

1216 Gomes Braga, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral
1217 Paranaense, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente
1218 Allan Jones dos Santos.

1219

1220 Allan Jones dos Santos
1221 Presidente, em exercício

Luiz Fernando Gomes Braga
Secretário Executivo

1222

361

362

363

364